

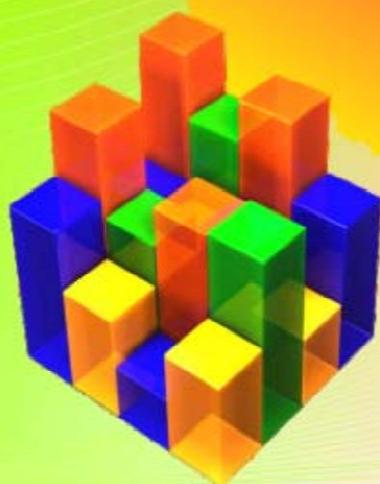


GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

IPECE Conjuntura

Boletim da Conjuntura Econômica Cearense

4º Trimestre de 2012



ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador
Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral
Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos
Regis Façanha Dantas - Diretor de Estudos Econômicos

IPECE Conjuntura – 4º Trimestre de 2012

Equipe Técnica

Maria Eloisa Bezerra da Rocha (Coordenação Técnica)
Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia Souza
Débora Gaspar Feitosa
José Freire Júnior
Klinger Aragão Magalhães
Nicolino Trompieri Neto
Odorico de Moraes Eloy da Costa
Paulo Pontes
Witalo Lima Paiva

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba
Tel. (85) 3101-3496
CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Fortaleza - Ceará
dezembro de 2013

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) publica o IPECE CONJUNTURA - Boletim da Conjuntura Econômica cearense, referente aos resultados do 3º trimestre de 2012.

O documento utiliza como referência os cenários econômicos internacional e nacional, os quais servem para orientar a análise sobre o desempenho da atividade econômica cearense, em seus diversos aspectos.

O Boletim contempla uma série de análises, envolvendo indicadores que traduzem o dinamismo socioeconômico do Ceará, destacando o comportamento setorial, como a agropecuária, indústria, comércio varejista, comércio exterior, mercado de trabalho, finanças públicas e intermediação financeira.

Ao lado dessa análise conjuntural, o Boletim abriu um espaço para reflexões dos técnicos do IPECE sobre temas de interesse da sociedade. Este número traz dois artigos abordando os temas Saúde Pública no Ceará e o Conceito da Felicidade. Com este Boletim de conjuntura econômica, o IPECE procura atender a demanda do setor público e privado por informações de curto prazo sobre a economia cearense.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

1 PANORAMA INTERNACIONAL, 4

2 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA, 5

2.1. Taxas de Juros, Inflação, Câmbio e Comércio Exterior, 6

3. RESULTADOS DA ECONOMIA CEARENSE, 9

3.1. Produto Interno Bruto, 9

3.2. Produção Industrial, 11

3.3. Comércio Varejista, 18

3.4 Comércio Exterior, 28

3.5 Agropecuária, 33

4. MERCADO DE TRABALHO, 38

4.1. Evolução do Emprego Celetista, 38

4.2. Comportamento Setorial do Emprego Celetista, 42

5. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, 44

6. FINANÇAS PÚBLICAS, 47

6.1 Resultado Fiscal, 47

6.2 Receitas, 47

6.3 Despesas, 50

6.4 Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, 52

7. A OPINIÃO DO IPECE, 55

Uma Medida de Eficiência Fiscal, 55

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Em 2012, a **economia mundial** tenta retomar o crescimento econômico. Os países desenvolvidos continuaram adotando medidas de austeridade fiscal, incluindo corte de despesas do governo e de benefícios sociais, para combater a crise internacional e, por assim dizer, organizar a casa para.
- Para a **economia brasileira** em 2012, observou-se uma taxa acumulada do PIB de 0,9%, relativamente ao acumulado no ano de 2011.
- A **economia cearense** continua nos últimos anos apresentando resultados superiores à economia do país. No ano de 2012 comparado ao ano de 2011, o PIB do Ceará cresceu 3,65%.
- No **Setor Agropecuário** enquanto o Brasil contabilizou um crescimento de 1,2% na safra de grãos de 2012 em relação a 2011, o Ceará confirmou uma quebra de safra de 82,0% como resultado de uma estiagem de evidentes impactos sociais e econômicos.
- Ao longo do ano de 2012, O **Setor Industrial** cearense, favorecida pela base de comparação reduzida, apresentou um comportamento mais favorável, com taxas de crescimento melhores que aquelas percebidas em 2011
- As vendas no **Comércio Varejista** cearense registraram forte baixa em dezembro de 2012 frente ao mês imediatamente anterior ajustado sazonalmente de 2,20%, bem acima da queda igualmente registrada pelo país que foi de 0,48% na mesma comparação.
- **Comércio Exterior:** para o período acumulado do ano de 2012, as exportações cearenses tiveram queda de 9,70% em relação ao ano anterior. Por outro lado, as importações cearenses cresceram 19,30% na mesma comparação.
- **No Mercado de Trabalho** em 2012, foram geradas apenas 41.009 novas vagas de empregos celetistas incorporando informações declaradas fora do prazo. Isso representou uma queda de 30,46% em relação ao ano de 2011, resultando em 17.959 vagas geradas de trabalho a menos na comparação com esse último ano.
- **Fiscal Financeira:** No ano de 2012 as Receitas Estaduais totalizaram R\$ 15.256 milhões, representando um crescimento real de 4,9% quando se compara com o ano de 2011.
- **Intermediação Financeira:** no Ceará as operações de crédito cresceram em torno de 14% em um ano, a menor taxa registrada entre os Estados do Nordeste, sendo maior apenas que o Estado de Pernambuco (11,8%).

1 PANORAMA MUNDIAL

Em 2012, os países desenvolvidos continuaram adotando medidas de austeridade fiscal, incluindo corte de despesas do governo e de benefícios sociais, para combater a crise internacional e, por assim dizer, organizar a casa para retomar o crescimento econômico. Em função dessas medidas, além da fragilidade das organizações financeiras e da incerteza da população da maioria dos países desenvolvidos, a previsão de crescimento para esses países ainda é pessimista, prevista em apenas 1,3%, segundo o Fundo Monetária Internacional (FMI)¹. Os países da Zona do Euro são os principais responsáveis por esse fraco desempenho, tendo uma previsão de retração econômica para 2012 de 0,4%. Dentro desse bloco destacam-se os países com os piores desempenhos: Grécia (-6,0%), Portugal (-3,0%), Itália (-2,5%) e Espanha (-1,5%).

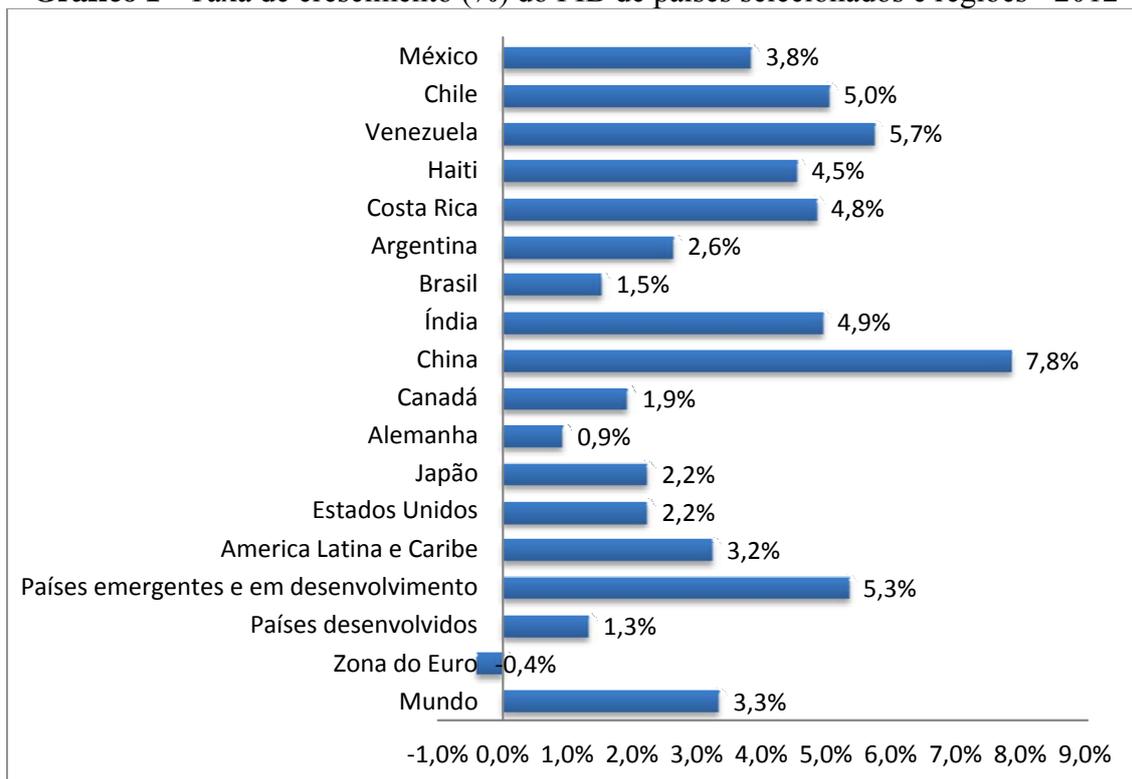
Os países desenvolvidos que já começaram a apresentar recuperação na economia foram os Estados Unidos,

com crescimento para 2012 previsto em 2,2%, Japão (2,2%), Canadá (1,9%) e Alemanha (0,9%).

Já para os países emergentes e em desenvolvimento o FMI previu um crescimento de 5,3% para 2012, melhor desempenho do que os países desenvolvidos, mas com valores inferiores ao do ano de 2011, implicando em uma desaceleração. A China apresenta um crescimento em torno de 7,8%, valor abaixo do que vinha apresentando nos últimos anos, tendo como supostas causas a queda no investimento estrangeiro e uma menor demanda por seus produtos pelos Estados Unidos e alguns países europeus. Quanto aos principais países da América Latina e Caribe, o Brasil aparece com a menor previsão de crescimento para 2012, com apenas 1,5%. O Fundo lembrou que grande parte do crescimento brasileiro dos últimos anos se sustentou na expansão do consumo, com as taxas de poupança e de investimento mantendo-se em níveis baixos. Os melhores desempenhos foram sinalizados para as economias da Venezuela (5,7%), Chile (5,0%) e Costa Rica (4,8%).

¹ As taxas de crescimento apresentadas nessa seção têm como fonte o relatório “*World Economic Outlook - October 2012*” produzido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Gráfico 1 - Taxa de crescimento (%) do PIB de países selecionados e regiões - 2012



Fonte: FMI.

2 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Neste quarto trimestre de 2012, o Produto Interno Bruto (PIB), que representa o somatório dos valores adicionados dos setores, Agropecuária, Indústria e Serviços, acrescidos dos impostos líquidos dos subsídios, registrou um crescimento de 0,6% em relação ao terceiro trimestre de 2012, e 1,4%, na comparação do quarto trimestre de 2012 sobre igual trimestre de 2011. Em 2012, observou-se uma taxa acumulada do PIB de 0,9%, relativamente ao acumulado no ano de 2011 (Tabela 2).

Especificando os resultados do quarto trimestre de 2012, em relação ao quarto trimestre de 2011 (1,4%), observou-se que o PIB brasileiro foi positivo em virtude do aumento do Valor Adicionado, a preços básicos, com uma taxa de 1,1%. A maior contribuição para o crescimento veio dos Serviços (2,2%), enquanto que houve um leve crescimento na Indústria (0,1%) e uma queda na Agropecuária (-7,5%). Analisando o crescimento do PIB no acumulado no ano de 2012 em relação

ao mesmo período de 2011 (0,9%), verificou-se um crescimento no Valor Adicionado, a preços básicos, de 0,8%, apresentando taxa de crescimento positivo apenas para o setor de Serviços (1,7%), e taxas negativas para os setores Agropecuária (-2,3%) e Indústria (-0,8%).

O crescimento da Agropecuária deveu-se à produção de alguns produtos que se encontravam, no terceiro trimestre, em safra, segundo os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-Outubro/2012), como o café (14,5%) e do milho (27,1%).

No setor Serviços foram destaques: a Administração, saúde e educação

pública e Serviços de informação, que cresceram 2,7% e 2,3%, respectivamente, seguidos por Outros serviços (1,7%), Serviços imobiliários e aluguel (1,5%) e Comércio (atacadista e varejista), que se expandiu em 1,2%, no período analisado.

A Indústria como um todo registrou queda de 0,9%, causada pelos recuos verificados nas atividades de Extração mineral (-2,8%) e na Indústria de Transformação (-1,8%). Com resultados positivos, salientam-se os segmentos de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (2,1%) e Construção civil (1,2%).

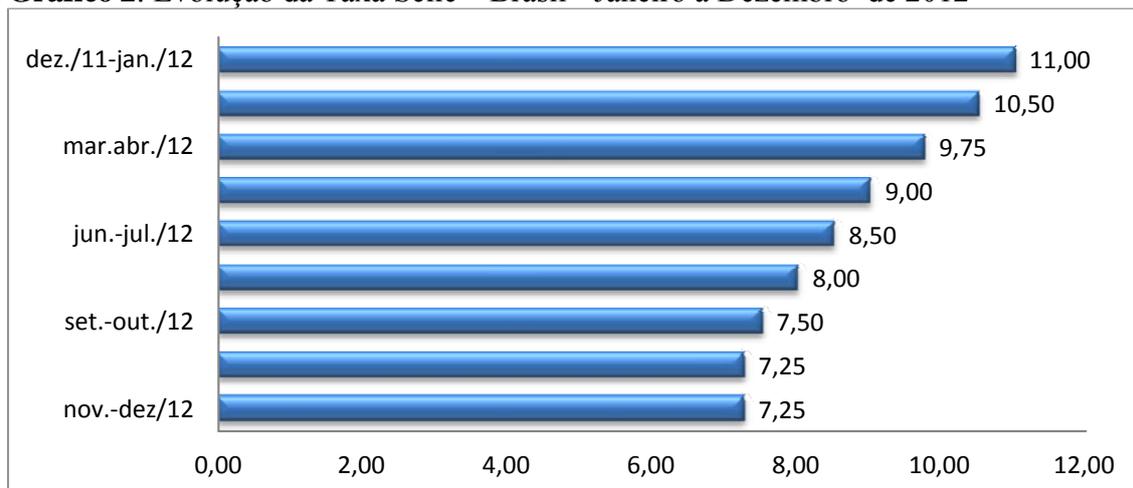
2.1 Taxas de Juros, Inflação, Câmbio e Comércio Exterior

Taxa de Juros

O Brasil, ainda possui uma das taxas mais altas do mundo, apesar do comportamento que vem apresentando nos últimos tempos, com taxas decrescentes. No entanto, essa política do governo Federal é considerada uma das mais importantes, para enfrentar a crise mundial, pois visa melhorar o

desempenho econômico e ampliar a competitividade das empresas nacionais. Nessa linha, observam-se no Gráfico 2 as oscilações sofridas pelas taxas SELIC e juros Reais, que refletem as medidas aplicadas no período de dezembro/2011 a dezembro de 2012.

Gráfico 2: Evolução da Taxa Selic – Brasil - Janeiro a Dezembro de 2012



Fonte: Banco Central.

Inflação

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) corresponde ao Índice oficial que mede a inflação do país e abrange as famílias com rendimento entre 1 a 40 salários mínimos. No mês de dezembro de 2012, o Índice para a Região Metropolitana de Fortaleza registrou uma taxa de 1,27%, acima do Índice nacional, que foi de 0,79%. No acumulado de 2012, a variação foi de 6,70% para a RMF, contra 5,84% para o país. Vale ressaltar que ao longo de 2012 as taxas para a RMF foram 8 vezes superiores em relação as variações dos preços brasileiros, em função, sobretudo, da estiagem que vem afetando a agropecuária cearense, dado que o grupo Alimentos e bebidas tem

maior peso na composição do Índice geral.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que compreende as famílias de menor renda, de 1 a 5 salários mínimos, fechou o mês de dezembro de 2012 com uma alta de 1,36% na RMF e 0,74% no Brasil. No acumulado de janeiro a dezembro de 2012 a taxa foi de 7,17% na RMF, um pouco acima da média nacional, que obteve um percentual de 6,20%. Este Índice sofreu mais os efeitos da estiagem do que o IPCA, tendo em vista que o grupo mais afetado pelas oscilações dos preços, que foi alimentos e bebidas, pesa mais no INPC, em torno de 30%, do que no IPCA, onde o peso é de 24,5%.

Tabela 1: Variação dos preços – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza - 2012

Índices	Brasil (%)	RMF (%)
IPCA		
Dez./2012	0,79	1,27
Jan.-Dez./2012	5,84	6,70
Últimos doze meses	5,84	6,70
INPC		
Dez./2012	0,74	1,36
Jan.-Dez./2012	6,20	7,17
Últimos doze meses	6,20	7,17

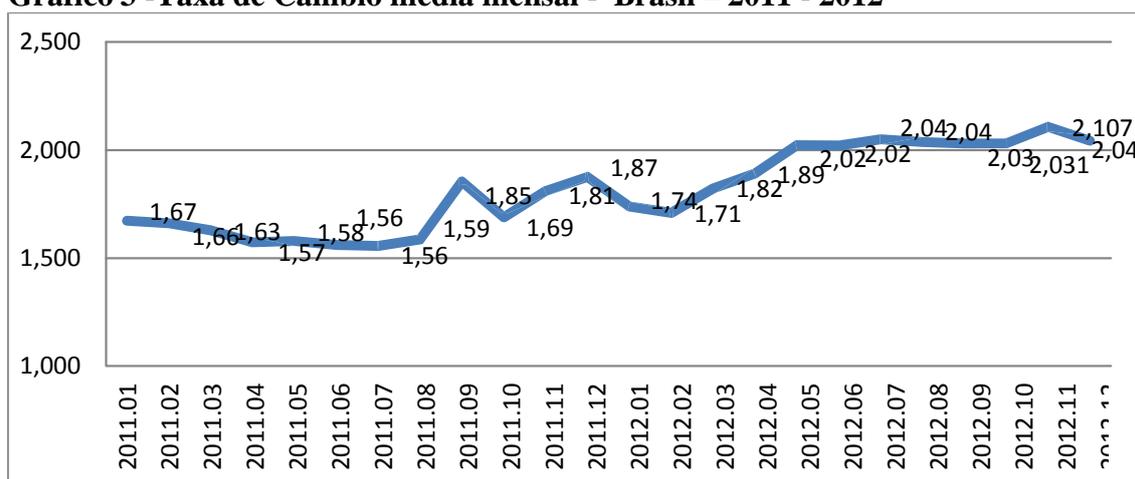
Fonte: IBGE.

Câmbio

A moeda brasileira nos anos de 2011 e 2012 apresentou uma tendência de desvalorização, ultrapassando, a partir do segundo semestre de 2012, a barreira dos R\$ 2,00. Ao final do ano a taxa de câmbio atingiu o valor médio mensal de R\$ 2,08 (Gráfico 3). Mesmo com esse

resultado da taxa de câmbio as exportações brasileiras não apresentaram desempenho favorável. Do lado das importações, a taxa de câmbio pode ter influenciado na queda das mesmas.

Gráfico 3 - Taxa de Câmbio média mensal - Brasil – 2011 - 2012



Fonte: IPEA.

Comércio Exterior

O prolongamento da crise internacional tem frustrado as expectativas econômicas brasileiras, via exportações, pois mesmo com as medidas adotadas pelos países em crise a demanda ainda está abaixo do que vinha ocorrendo antes do colapso, afetando os países em desenvolvimento. De fato, os resultados das exportações brasileiras no ano de 2012, sobre igual período de 2011,

apresentaram desempenho inferior. No caso das exportações houve uma queda de 5,26%, totalizando um valor de US\$ 243 bilhões. Para as importações a redução foi de 1,36%, com valor de US\$ 223 bilhões. Com esses resultados, a corrente de comércio somou US\$ 465,7 bilhões e o saldo da balança comercial do país ficou superavitária, com um valor de US\$ 19,4 bilhões.

3 RESULTADOS DA ECONOMIA CEARENSE

3.1 Produto Interno Bruto

A economia cearense continua nos últimos anos apresentando resultados superiores à economia do país. No ano de 2012 comparado ao ano de 2011, o PIB do Ceará cresceu 3,65% enquanto que o PIB do Brasil apresentou um crescimento de apenas 0,9%.

Analisando somente o quarto trimestre de 2012 em relação ao mesmo período de 2011, o Ceará apresentou um crescimento de 4,49% contra 1,4% do PIB nacional. Estes resultados estão apresentados na tabela 2 seguinte.

Tabela 2 - Taxas de crescimento (%) do PIB, principais indicadores - Brasil e Ceará 4^o Trimestre - 2012 (*)

Períodos	Ceará		Brasil	
	Valor Adicionado	PIB	Valor Adicionado	PIB
Ano de 2012 (**)	3,64	3,65	0,8	0,9
4 ^o Trimestre de 2012	4,53	4,49	1,1	1,4
4 ^o Trimestre/3 ^o Trim. imediatamente anterior - com ajuste sazonal (***)	0,7	0,6

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior;

(***) Trimestre corrente frente ao trimestre imediatamente anterior. O IPECE não faz este tipo de estimativa.

O bom resultado do PIB cearense verificado no ano de 2012 foi impulsionado pelo crescimento do Valor Adicionado dos Serviços (5,81%) e da Indústria (2,63%). A Agropecuária apresentou uma forte queda (-20,11%) em decorrência de um ano de seca que afetou não só o Ceará como também a região Nordeste e a região Sul, comprometendo também essa atividade no Brasil (-2,3%). As perdas da safra de grãos no Ceará foram em níveis elevados, para o arroz, o feijão e o milho. Houve queda também na produção da castanha de caju, a qual afetou negativamente as exportações dessa cultura.

A expansão da Indústria foi favorecida pelo crescimento da Construção civil (4,72%) e em função do aumento no

Valor Adicionado de Eletricidade, gás e água (8,79%). A Indústria de Transformação apresentou uma queda de 1,5%, seguindo o comportamento dessa atividade a nível nacional, onde verificou-se uma queda de 2,5%.

O setor de Serviços foi o que apresentou maior crescimento, e dada a sua elevada participação na composição do Valor Adicionado do Ceará (72,13%), essa atividade foi a que mais contribuiu para o crescimento do PIB cearense. Dentre as atividades que a compõe, as que apresentaram maiores taxas de crescimento foram: Transportes (7,99%), Comércio (7,95%) e Alojamento e Alimentação (6,65%). Mais detalhes podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades - Brasil e Ceará 4^o Trimestre - 2012 (*) continua

Setor de Atividade	Ceará		Brasil	
	4 ^o Trim.- 2012 (**)	2012 (**)	4 ^o Trim.- 2012(**)	2012 (**)
Agropecuária	-8,56	-20,11	-7,5	-2,3
Indústria	2,67	2,63	0,1	-0,8
Extrativa Mineral	-10,76	-4,42	-1,9	-1,1
Transformação	-0,06	-1,50	-0,5	-2,5
Construção	2,67	4,72	-0,2	1,4
Eletricidade, Gás e Água	6,88	8,79	4,1	3,6
Serviços	6,05	5,81	2,2	1,7
Comércio	7,93	7,95	1,1	1,0

Alojamento e Alimentação	4,50	6,65
Transportes	9,93	7,99	2	0,5
Intermediação Financeira	4,53	4,38	1	0,5
Aluguéis	6,05	5,94	1,3	1,3
Administração Pública	1,60	1,38	2,5	2,8
Outros Serviços	11,06	10,13	3,8	1,8
Valor Adicionado (VA) a preços básicos	4,53	3,64	1,1	0,8
PIB a preços de mercado	4,49	3,65	1,4	0,9

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

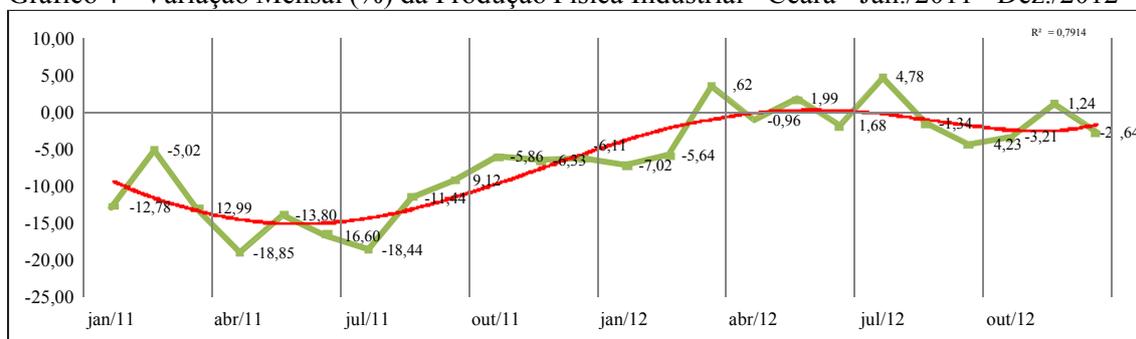
(**) Em comparação a igual período do ano anterior.

3.2 Indústria de Transformação

Ao longo do ano de 2012, a produção física da indústria cearense, favorecida pela base de comparação reduzida, apresentou um comportamento mais favorável, com taxas de crescimento melhores que aquelas percebidas em 2011. Entretanto, a tendência de recuperação, percebida no segundo semestre do ano anterior, não foi mantida em 2012, com a indústria, especialmente a partir de março,

passando a oscilar entre resultados positivos de crescimento e taxas negativas. Em particular, o segundo semestre de 2012 registrou resultados piores que os primeiros seis meses do ano, e o último mês se encerra com uma queda na produção física de 2,64% em relação a igual período de 2011. A linha de tendência ajuda a perceber este comportamento (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial - Ceará - Jan./2011 - Dez./2012



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

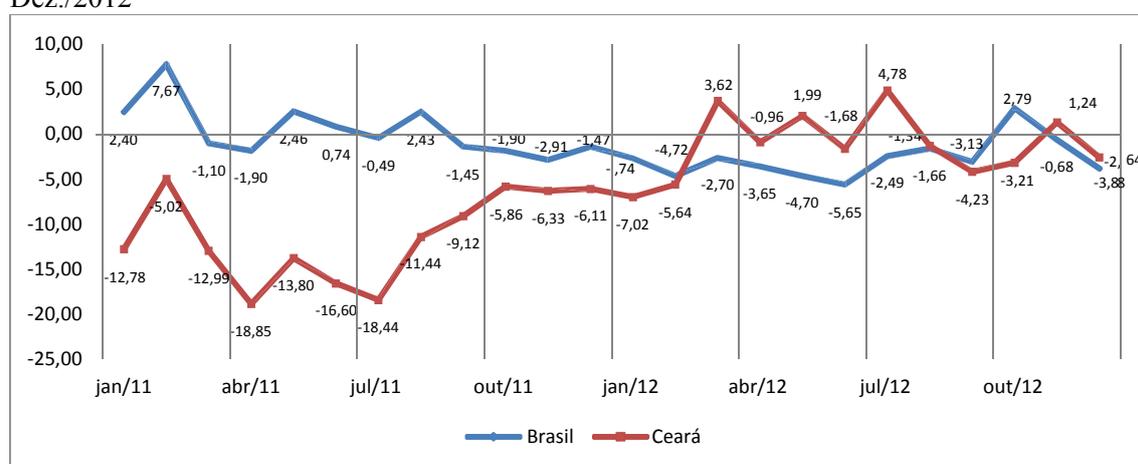
Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior

----- Linha de Tendência.

Na comparação com o Brasil, foi possível observar que a produção física industrial do Ceará, apesar de alternar momentos de queda e crescimento ao longo dos meses de 2012, apresentou um comportamento um pouco melhor que o país. De fato, a indústria nacional registrou desempenho oposto à

cearense, com resultados persistentemente negativos em quase todo o ano. Apesar da leve melhora no segundo semestre, dezembro se encerra com uma redução de 3,88% no indicador de produção física da indústria brasileira. (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial – Ceará e Brasil - Jan./2011 - Dez./2012



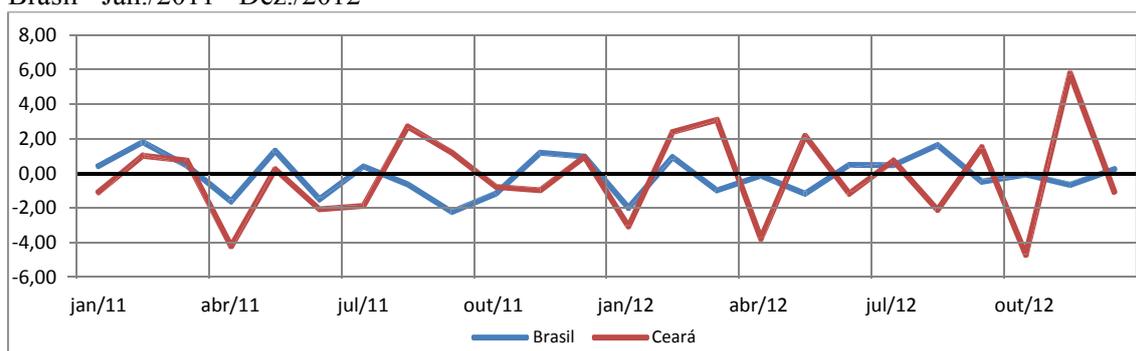
Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior

Na comparação mês a mês, com ajuste sazonal, as diferenças de ritmo entre as indústrias nacional e cearense ficam mais evidentes. Ao longo dos meses analisados, a manufatura no Estado apresentou um comportamento mais

volátil, com oscilações mais intensas, e uma trajetória não associada àquela seguida pela indústria nacional. O gráfico 6, a seguir, mostra as trajetórias para este tipo de comparação.

Gráfico 6 - Variação Mensal (%) com Ajuste Sazonal da Produção Física Industrial – Ceará e Brasil - Jan./2011 - Dez./2012



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.
Nota: Variação em relação ao mês anterior.

O resultado para o acumulado do ano ratifica as análises anteriores. A indústria cearense fechou o ano de 2012 com uma redução de 1,26% na produção física em relação ao ano anterior. Embora negativo, este resultado supera o observado em 2011,

quando a indústria fechou o ano com queda de 11,51% frente a 2010. O desempenho da indústria no Ceará é ainda superior ao registrado pelo setor em nível nacional, cuja redução foi de 2,72% em relação a 2011. Os dados constam na Tabela 4.

Tabela 4 - Variação (%) da Produção Física Industrial - Brasil e Estados - Out.-Dez./2011 e 2012

Brasil e Estados	Variação Mensal (2011)			AcumuladoAno (2011)	Variação Mensal (2012)			AcumuladoAno (2012)
	Out.	Nov.	Dez.		Out.	Nov.	Dez.	
Brasil	-1,9	-2,91	-1,47	0,26	2,79	-0,68	-3,88	-2,72
Bahia	-4,11	-3,71	-4,53	-4,48	0,67	9,04	20,68	4,42
Goiás	3,27	14,7	14,37	7,27	17,32	-11,03	9,83	4,12
Minas Gerais	-4,5	2,25	-2,61	0,07	11,08	3,54	2,36	1,72
Pernambuco	4,08	1,64	3,2	-0,03	-4,27	-5,2	0,65	1,34
Pará	3,21	-6,06	2,27	-1,04	3,19	-2,51	-9,29	0,31
Ceará	-5,86	-6,33	-6,11	-11,51	-3,21	1,24	-2,64	-1,26
Santa Catarina	-7,31	-7,18	-8,52	-4,77	1,03	0,23	-5,07	-2,94
São Paulo	-2,24	-4,67	-3,22	0,65	3,96	-0,02	-1,57	-3,77
Rio Grande do Sul	5,67	-4,13	1,67	1,77	-6,19	-6,29	-13,68	-4,63
Paraná	13,4	9,23	23,82	7,04	-5,26	-13,28	-28,24	-4,80
Rio de Janeiro	-1,35	-2,55	-0,28	2,65	-0,4	0,17	-1,16	-5,68
Amazonas	16,02	0,49	3,22	4,05	-11,62	-3,64	-6,22	-7,12
Espírito Santo	-9,61	-4,57	-6,51	-5,16	-2,96	-8,98	-11,08	-9,63

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2012.

O desempenho nacional foi influenciado pela queda na produção física em oito Estados dos treze pesquisados.

Dentre estes, o Ceará apresentou a menor redução, ao passo que Espírito Santo (-9,36), Amazonas (-7,12) e Rio de Janeiro (-5,68)

apresentaram as maiores retrações. Na contramão do observado para o Brasil e pela maioria dos estados pesquisados, a produção industrial apresentou variação

positiva nos estados da Bahia (4,42%), Goiás (4,12%), Minas Gerais (1,72%), Pernambuco (1,34%) e Pará (0,31%). Ver Tabela 4.

3.2.1 Setores Industriais

Para visualizar melhor o desempenho da indústria cearense, importante se faz analisar o comportamento dos principais setores. Apenas cinco de um total de dez setores pesquisados na indústria cearense apresentaram no acumulado do ano de 2012, variação positiva na produção física. Destaque especial é dado à Metalurgia básica que registrou alta de 16,35%, seguida da expansão na

produção de Refino de petróleo e álcool (16,17%). Por outro lado, quatro setores da indústria cearense registraram forte baixa, sendo eles, fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-28,16%), produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos (-21,64%), vestuário e acessórios (-10,74%) e produtos químicos (-8,36%) (Tabela 5).

Tabela 5– Variação (%) da Produção Física Industrial por Setores - Ceará - Out.-Dez./2011-2012

Setores	Variação Mensal (2011)*			AcumuladoAno (2011)	Variação Mensal (2012)*			AcumuladoAno (2012)
	Out.	Nov.	Dez.		Out.	Nov.	Dez.	
Indústria de transformação	-5,86	-6,33	-6,11	-11,51	-3,21	1,24	-2,64	-1,26
Metalurgia básica	36,55	23,98	37,15	-1,48	-2,28	77,78	34,28	16,35
Refino de petróleo e álcool	25,88	5,98	-7,55	-24,04	-6,00	8,65	28,82	16,17
Minerais não metálicos	5,80	12,73	12,39	-2,47	2,63	-3,03	20,75	5,02
Calçados e artigos de couro	19,53	19,12	22,22	-22,17	21,35	9,62	2,20	4,68
Alimentos e bebidas	16,34	11,88	14,79	-0,72	-14,06	-8,65	11,30	0,19
Têxtil	32,03	31,16	26,63	-24,82	20,97	44,75	29,00	-3,09
Produtos químicos	10,86	0,37	2,83	6,22	-13,09	11,34	-8,83	-8,36
Vestuário e acessórios	-8,14	0,15	18,11	-11,72	-12,41	11,44	0,46	-10,74
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	28,88	14,81	27,42	-21,22	11,86	12,69	11,62	-21,64
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	17,63	23,32	50,87	-27,49	-76,80	81,75	74,27	-28,16

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2012.

Em relação ao país, o Estado do Ceará registrou desempenho superior no acumulado do ano de 2012 em quase todos os setores pesquisados. As exceções ficam por conta de produtos

de metal - exclusive máquinas e equipamentos (-2,25% contra -21,64%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-5,36% contra -28,16%). Os resultados constam da Tabela 6.

Tabela 6 - Variação (%) da Produção Física Industrial por Setores - Brasil e Ceará - Out.- Dez./2012

Setores	BRASIL				CEARÁ			
	Variação Mensal (2012)*			Acumulado Ano (2012)	Variação Mensal (2012)*			Acumulado Ano (2012)
	Out.	Nov.	Dez.		Out.	Nov.	Dez.	
Indústria de transformação	2,79	-0,68	-3,88	-2,72	-3,21	1,24	-2,64	-1,26
Alimentos	5,53	2,47	-2,92	-1,28	-	-	-	-
Bebidas	-1,42	4,04	-0,74	1,28	-	-	-	-
Metalurgia básica	0,65	-4,74	-6,89	-4,14	-2,28	77,78	-34,28	16,35
Refino de petróleo e álcool	1,88	6,79	8,60	4,90	-6,00	8,65	28,82	16,17
Minerais não metálicos	-0,49	-1,85	0,27	-0,77	2,63	-3,03	20,75	5,02
Calçados e artigos de couro	6,34	-2,36	-6,86	-3,62	21,35	9,62	2,20	4,68
Alimentos e bebidas	-	-	-	-	-14,06	-8,65	-11,3	0,19
Têxtil	1,24	-2,94	-1,32	-4,19	20,97	44,75	29,00	-3,09
Produtos químicos Vestuário e acessórios	-	-	-	-	-13,09	-11,34	-8,83	-8,36
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-6,89	-9,86	9,96	-10,42	-12,41	-11,44	0,46	-10,74
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	7,34	-2,96	-5,95	-2,25	11,86	-12,69	-11,62	-21,64
	4,36	0,78	-0,77	-5,36	-76,8	-81,75	-74,27	-28,16

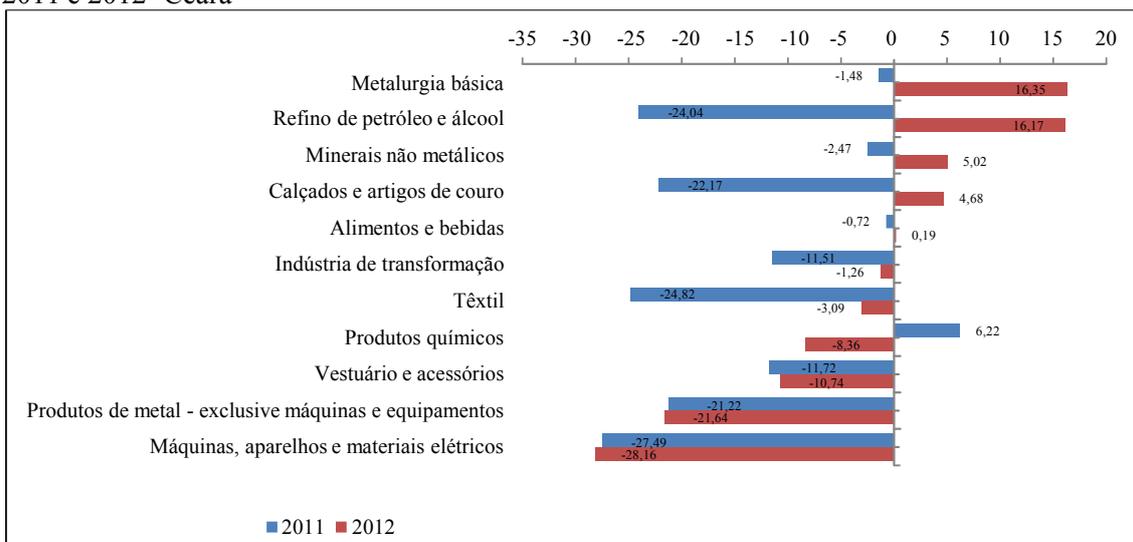
Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2012.

O desempenho de cada setor industrial da economia cearense pode ser melhor visualizado através do Gráfico 7, a seguir, que compara a taxa de crescimento acumulada para os anos de

2011 e 2012. A grande maioria dos setores registrou recuperação, seja revertendo em 2012 o resultado negativo de 2011, seja reduzindo as perdas neste período.

Gráfico 7 - Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Industrial por Setores Industriais- 2011 e 2012- Ceará



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2012.

3.2.2 Emprego na Indústria

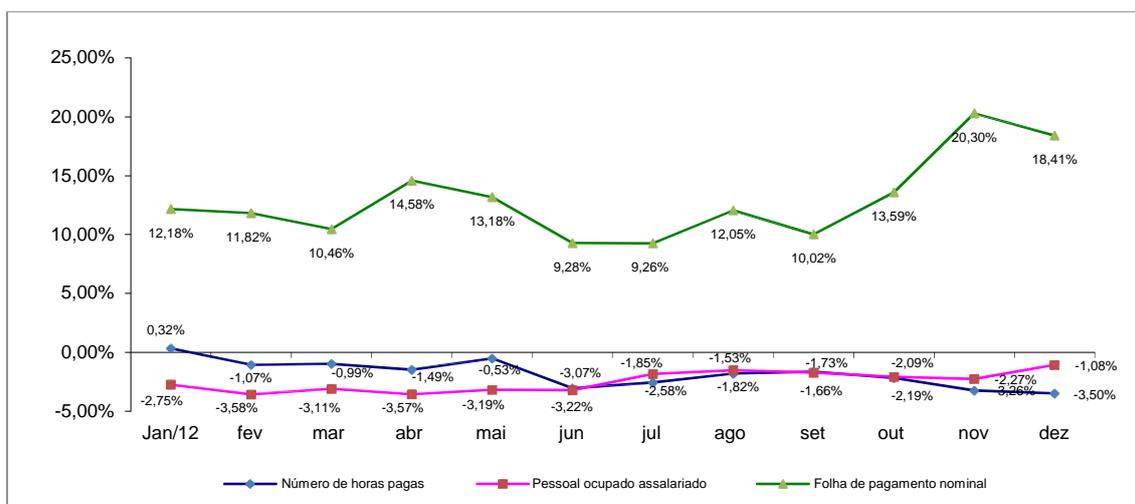
A evolução do pessoal ocupado assalariado e do número de horas pagas na indústria se aproxima do comportamento observado na produção. Verifica-se de acordo com o Gráfico 9 que os resultados em 2012 mantiveram-se inferiores a 2011 indicando uma redução, embora pequena, no estoque de empregados e na intensidade do uso do fator trabalho. No acumulado, para os indicadores citados, os resultados são retrações de 2,50% e 1,83%, respectivamente.

Na contramão deste movimento, tem-se a evolução da folha de pagamento

nominal. Os números para 2012 se mantiveram sempre superiores aos do ano anterior, com crescimento de dois dígitos na maior parte do tempo. O ganho acumulado no ano chegou a 13,20% (Ver Gráfico 8).

Este quadro em 2012, na verdade repete o ocorrido em 2011 na comparação com 2010. Ao longo dos últimos dois anos a atividade industrial no Estado vem sendo pressionada com aumentos persistentes na folha de pagamento em um ambiente de redução no ritmo da produção.

Gráfico 8 - Variação Mensal (%) da Folha de Pagamento Nominal, Pessoal Ocupado Assalariado e Número de Horas Pagas



Fonte: PIMES (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Sob um olhar otimista, os resultados de 2012, apesar da frágil base de comparação, sugerem uma recuperação da atividade industrial no Estado em relação a 2011. Embora em queda, a produção industrial cearense apresentou perdas menores quando comparada ao ano anterior. A maior parte dos setores industriais apresentou comportamento semelhante no ano, seja revertendo quedas ou reduzindo perdas.

Ao longo de 2012, a indústria registrou taxas positivas de crescimento, mas sem conseguir sustentá-las, o que resultou em uma trajetória bastante irregular no último ano. Em nível nacional, o quadro é mais crítico. Alvo dos mesmos incentivos, a indústria brasileira apresentou em 2012 resultados ainda piores. Após a crise internacional dos

meses finais de 2008 e seus desdobramentos, a indústria, seja ela nacional ou cearense, ainda não foi capaz de retomar o caminho do crescimento.

É justamente esta incapacidade que chama a atenção, em especial em um momento no qual incentivos fiscais e creditícios são dados a atividade pelo governo federal. Conjuntura adversa ainda presente, questões ligadas à competitividade, incertezas e formação de expectativas, e entraves aos investimentos estão entre as possíveis explicações. De todo modo, somente análises mais profundas são capazes de contribuir para um melhor entendimento sobre o momento vivido pela manufatura, em especial a cearense.

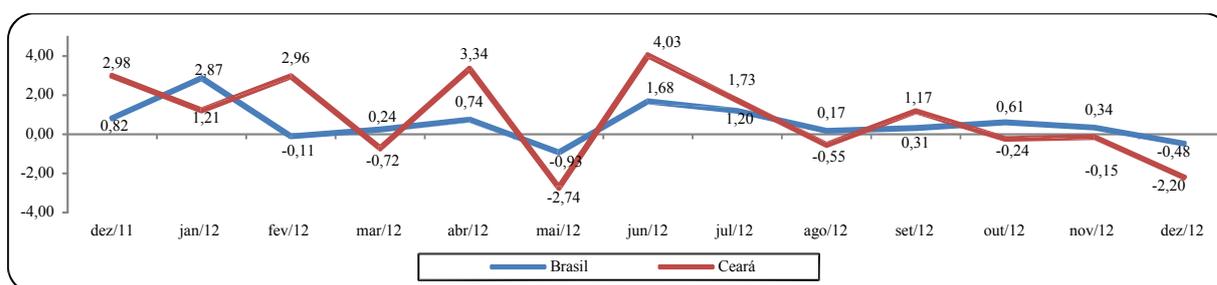
3.3 Comércio Varejista

3.3.1 Evolução das Vendas do Varejo Cearense

Pela análise dos dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi possível observar que as vendas do varejo comum cearense registraram forte baixa em

dezembro de 2012 frente ao mês imediatamente anterior ajustado sazonalmente de 2,20%, bem acima da queda igualmente registrada pelo país que foi de 0,48% na mesma comparação. (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Evolução mensal das vendas do varejo comum ajustado sazonalmente – Brasil e Ceará – Dezembro/2011 - Dezembro/2012



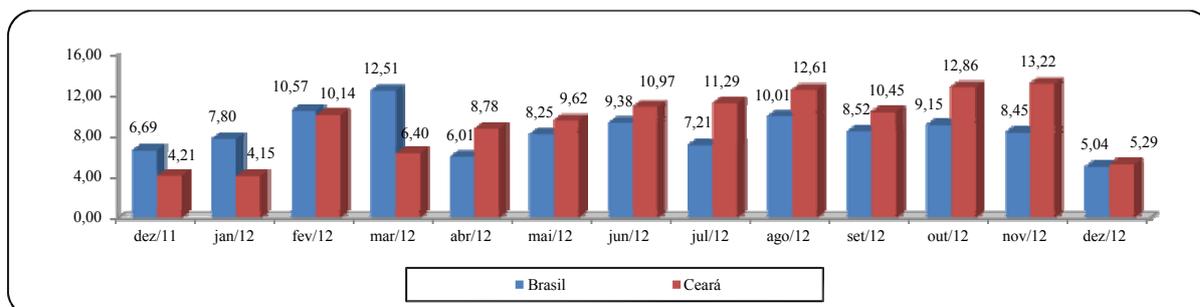
Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Ao longo do último trimestre do ano de 2012, o varejo comum cearense apresentou três quedas mensais consecutivas revelando, assim, uma desaceleração das vendas nesse período. Tal tendência de desaceleração também foi observada para o país. (Gráfico 10).

comum cearense em dezembro de 2012 foi de 5,29% comparado a dezembro 2011. É interessante notar que a exceção dos meses de janeiro, fevereiro e março, em todos os demais meses do ano de 2012, o varejo cearense registrou crescimento superior ao varejo nacional que também registrou alta de 5,04% em dezembro de 2012. (Gráfico 10).

Nas demais comparações a taxa de crescimento das vendas do varejo

Gráfico 10 – Evolução mensal das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – Dezembro/2011 - Dezembro/2012

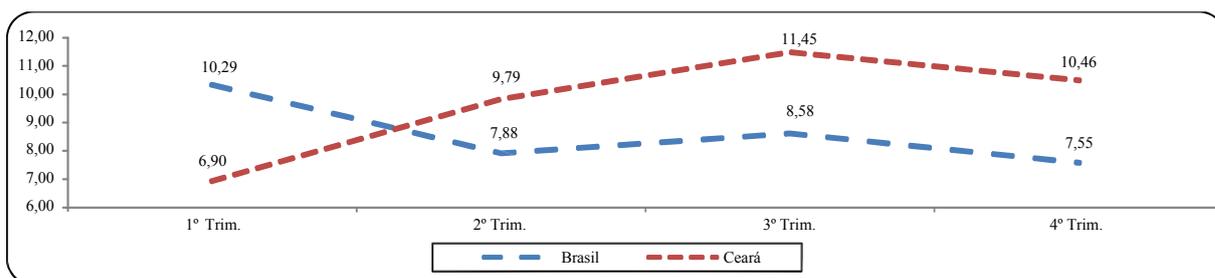


Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Pela análise do gráfico 11 abaixo, é possível notar que a taxa média de crescimento das vendas do varejo cearense no 1º trimestre de 2012 de 6,90%, estava bem abaixo da nacional que registrou alta de 10,29%. Todavia, enquanto esta última registrou trajetória declinante até o 4º trimestre do ano, as

vendas do varejo cearense seguiu trajetória inversa passando a registrar pico de crescimento médio no 3º trimestre do ano, com leve desaceleração até o 4º trimestre, quando passou a apontar taxa de crescimento de 10,46%.

Gráfico 11 – Evolução da taxa de crescimento trimestral das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará - 1º trim.-4ºtrim./2012

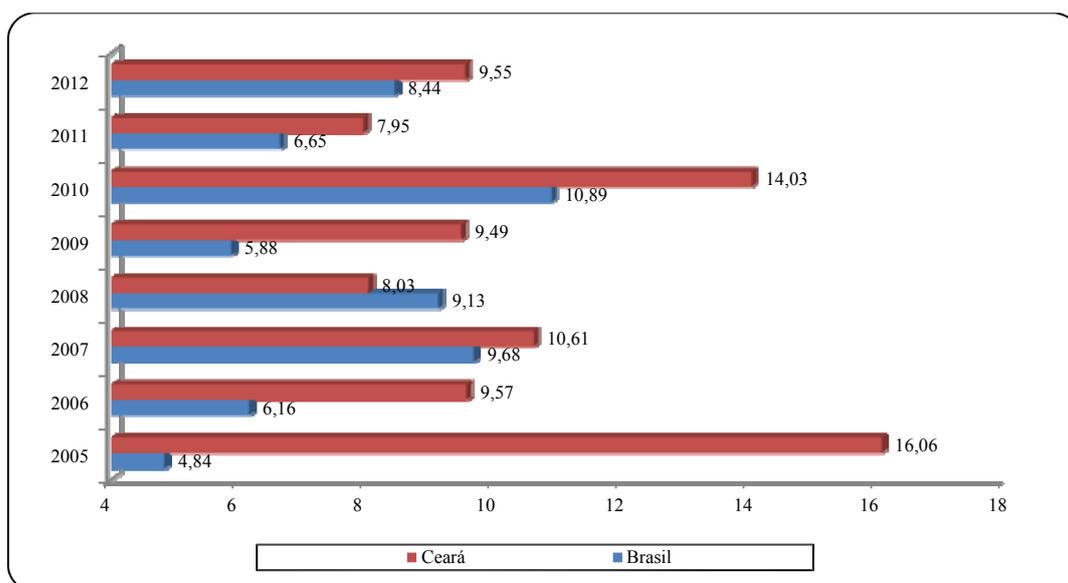


Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Como reflexo de elevadas taxas de crescimento mensais ao longo da maior parte do ano de 2012, o varejo comum cearense acumulou no ano alta de

9,55%, acima do registrado em 2011 quando foi registrado crescimento de 7,95%, uma diferença de 1,6 pontos percentuais. (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Taxa de crescimento anual das vendas do varejo comum - Brasil e Ceará - 2005 - 2012



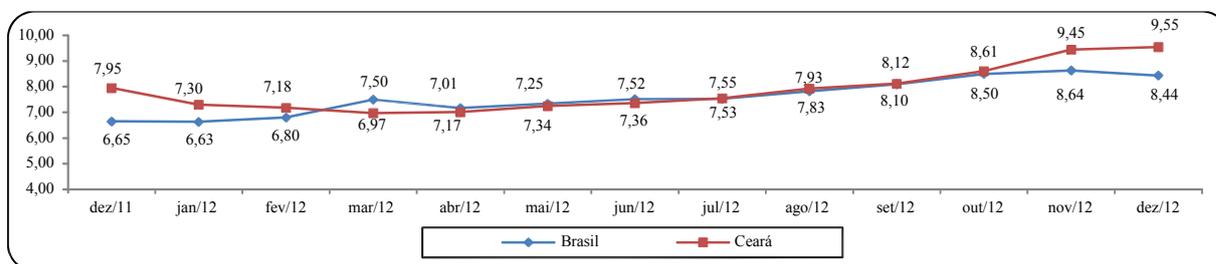
Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Além disso, o varejo comum cearense apontou pela quarta vez consecutiva taxa de crescimento anual superior a registrada pelo país com diferença de crescimento de 1,11 ponto percentual em 2012. (Gráfico 13).

Ao se analisar o gráfico 13 abaixo é possível se conhecer a trajetória da taxa de crescimento do varejo comum cearense e nacional. Inicialmente é possível afirmar que os dois

apresentaram leve trajetória ascendente ao longo do ano de 2012 e que a expansão registrada nas vendas do varejo local no mês de novembro de 2012 comparado a novembro de 2011 causaram um nítido deslocamento da trajetória de crescimento do varejo comum cearense frente ao nacional que chegou até a registrar desaceleração da taxa de crescimento das vendas no último mês do ano.

Gráfico 13 – Evolução das vendas do varejo comum no acumulado de 12 meses – Brasil e Ceará – Dezembro/2011 - Dezembro/2012

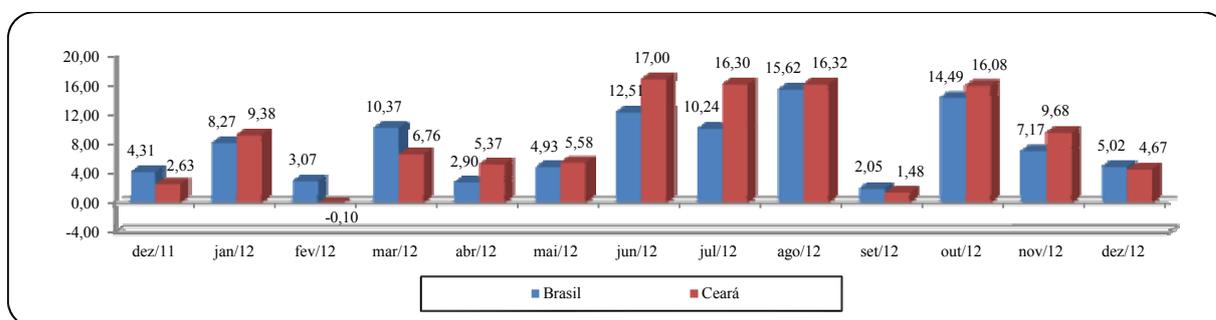


Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Agora com relação as vendas do varejo ampliado que inclui além das vendas dos oito setores do varejo comum, também vendas dos setores de Veículos, motocicletas, partes e peças e Material

de construção foi possível observar que o Ceará registrou novamente crescimento mensal, em dezembro de 2012 comparado a igual mês de 2011, de 4,67%. (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Evolução mensal das vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – Dezembro/2011 - Dezembro/2012



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Apesar disso, o desempenho do varejo ampliado ficou aquém do varejo comum

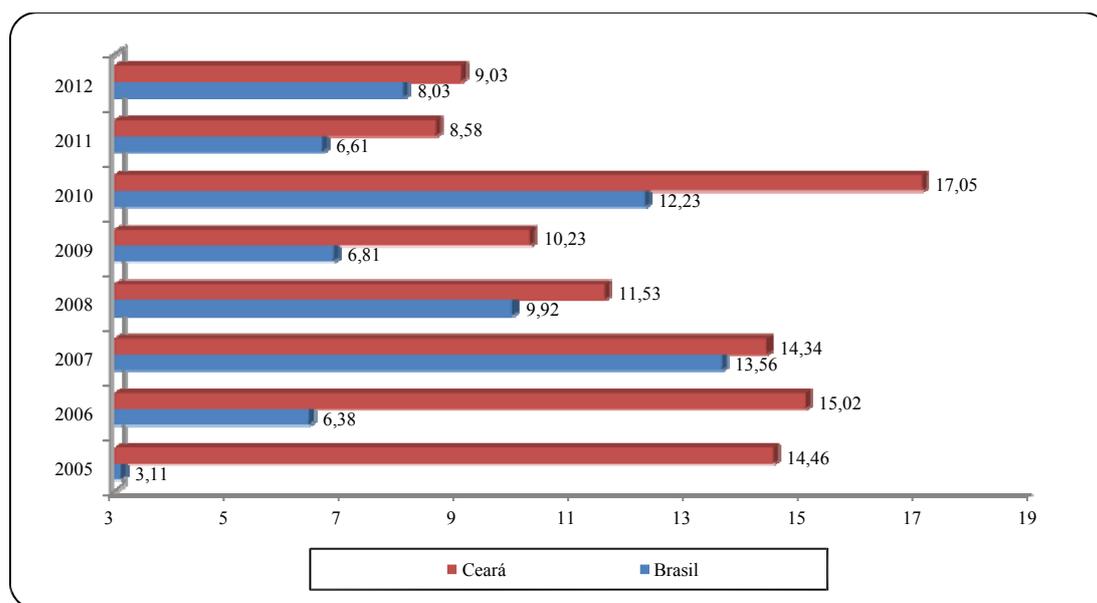
cearense que registrou alta de 5,29% (Gráfico 11) e também abaixo do desempenho das vendas nacionais

ampliadas que registrou alta de 5,02%. Isso foi provocado principalmente pelo fraco desempenho das vendas do segmento de Veículos, motocicletas, partes e peças no estado do Ceará em dezembro de 2012. (Gráfico 15).

Contudo, no acumulado do ano, as vendas cearenses do varejo ampliado também tiveram marca superior aquela alcançada em igual período de 2011 que teve alta de 8,58%, refletindo de certa forma uma recuperação desse importante segmento da economia cearense depois da redução ocorrida na taxa de crescimento das vendas de 2011 frente ao ano de 2010, quando foi registrado o menor crescimento anual dos últimos oito anos.

Como em oito dos doze meses de 2012 o varejo ampliado cearense registrou taxa de crescimento mensal superior ao nacional, o resultado no acumulado do ano não poderia ser diferente. Ou seja, a taxa de crescimento do varejo ampliado nacional foi superada com uma diferença de um ponto percentual. Vale destacar que em relação ao varejo ampliado o Ceará vem registrando crescimento acumulado anual superior ao varejo nacional desde 2005, donde se pode concluir que esse setor vem aumentando sua participação e sua relevância no cenário nacional. (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Taxa de crescimento anual das vendas do varejo ampliado - Brasil e Ceará – 2005 – 2012



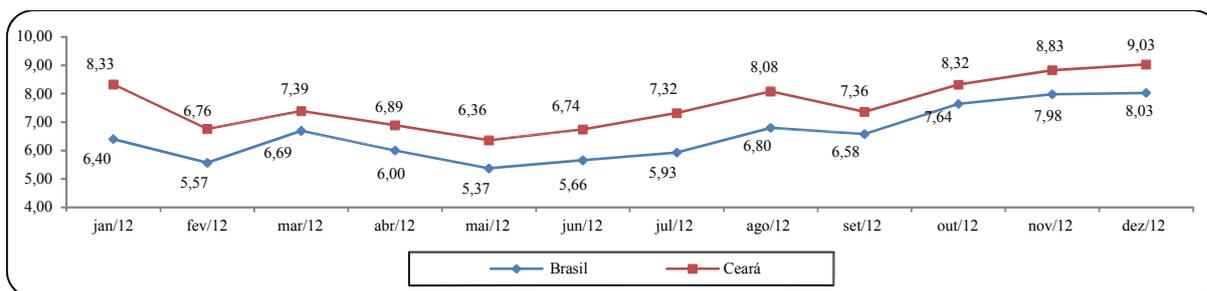
Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Devido ao fraco desempenho nas vendas do varejo ampliado cearense e nacional nos primeiros cinco meses do ano de 2012, a trajetória da taxa de crescimento no acumulado de 12 meses foi declinante entre os meses de janeiro e maio de 2012. (Gráfico 17).

No entanto, as medidas de estímulo ao consumo, a exemplo da redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para veículos zero e do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para todo tipo de

financiamento para pessoas físicas, além das medidas de incentivo ao investimento e ao crédito através da redução da carga tributária, dos depósitos compulsórios e de taxas de juros para aquisição de bens de capital adotadas no ano de 2012, passaram a fazer efeito a partir de junho de 2012 quando as vendas começaram a registrar taxas significativas de crescimento, resultando em trajetória ascendente também da taxa de crescimento do varejo ampliado. (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Evolução das vendas do varejo ampliado no acumulado de 12 meses – Brasil e Ceará – Dezembro/2011 - Dezembro/2012



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Pode-se concluir que o resultado de tais medidas foi positivo, pois conseguiu gerar um melhor ambiente econômico interno, a exemplo do que ocorreu em

3.3.2 Análise Regional das Vendas do Varejo

Na análise regional da taxa de crescimento do varejo comum é possível observar que apenas sete estados registraram crescimento em dezembro de 2012 frente ao mês imediatamente anterior ajustado

2010, após a manutenção de medidas parecidas que haviam sido adotadas em 2009.

sazonalmente, foram eles: Rondônia (1,49%); Pará (1,34%); Santa Catarina (1,07%); Pernambuco (0,96%); Espírito Santo (0,65%); Minas Gerais (0,32%) e Maranhão (0,27%). Em dezembro de 2012, o Ceará registrou a décima

primeira maior queda ajustada sazonalmente dentre os vinte sete estados da federação(Tabela 7).

Enquanto isso, nas demais comparações apenas cinco dos vinte e sete estados apresentaram queda nas vendas em dezembro de 2012 comparadas a igual mês de 2011: Distrito Federal (-3,46%); Amazonas (-1,20%); Acre (-0,99%); Mato Grosso (-0,27%) e Minas Gerais (-0,18%). Nessa mesma comparação o varejo comum cearense apontou a décima quarta maior alta com variação de 5,29. (Tabela 7).

Já no acumulado do ano, todos os vinte e sete estados da União registraram crescimento nas vendas do varejo comum, sendo que as maiores taxas ficaram por conta de Roraima (26,7%); Amapá (17,7%); Mato Grosso do Sul (16,9%); Tocantins (15,46%) e Acre (12,81%). Vale destacar que o varejo cearense apareceu com o décimo terceiro maior crescimento no acumulado do ano de 2012, tendo perdido três posições na comparação com o registrado em igual período de 2011. (Tabela 7).

Tabela 7 – Taxa de crescimento das vendas do varejo comum - Brasil e Estados – Out-Dez/2012 *continua*

Brasil e Estados	Var. Ajust. Sazonal.	Var. Mensal			Var. Acum. Ano	Últimos 12 Meses
		out/12	nov/12	dez/12		
Brasil	-0,48	9,15	8,45	5,04	8,44	8,44
Roraima	-3,45	29,32	24,19	14,75	26,70	26,70
Espírito Santo	0,65	13,63	12,64	12,24	10,59	10,59
Pernambuco	0,96	10,49	9,72	10,57	10,76	10,76
Mato Grosso do Sul	-5,22	21,25	24,28	10,51	16,90	16,90
Amapá	-4,86	18,16	18,51	8,80	17,70	17,70
Paraíba	-2,62	17,21	15,60	8,69	9,92	9,92
Maranhão	0,27	22,17	10,27	8,05	11,77	11,77
São Paulo	-0,25	9,42	10,47	7,70	9,67	9,67
Tocantins	-6,55	19,35	24,27	7,27	15,46	15,46
Alagoas	-1,42	8,30	10,17	6,33	8,32	8,32

Rio Grande do Norte	-1,77	8,73	11,75	6,09	7,03	7,03
Santa Catarina	1,07	6,59	7,31	5,89	7,41	7,41
Bahia	-0,27	11,33	8,56	5,52	9,74	9,74
Ceará	-2,20	12,86	13,22	5,29	9,55	9,55
Rio de Janeiro	-0,08	4,83	3,40	4,11	4,05	4,05
Pará	1,34	8,06	4,81	3,47	8,30	8,30
Paraná	-0,94	8,66	8,95	3,12	9,94	9,94
Rondônia	1,49	11,31	4,13	2,73	5,69	5,69
Sergipe	-3,08	6,31	4,94	1,92	5,38	5,38
Goiás	-2,86	9,85	9,56	1,84	8,77	8,77
Rio Grande do Sul	-4,34	13,00	11,49	1,57	9,02	9,02
Piauí	-1,76	11,42	6,37	0,00	7,08	7,08
Minas Gerais	0,32	6,94	3,53	-0,18	6,73	6,73
Mato Grosso	-4,78	9,55	6,99	-0,27	6,55	6,55
Acre	-2,63	22,67	10,69	-0,99	12,81	12,81
Amazonas	-0,86	1,56	-0,02	-1,20	4,28	4,28
Distrito Federal	-1,57	5,12	-1,06	-3,46	4,41	4,41

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

De acordo com a Tabela 8 abaixo, é possível observar as taxas de crescimento das vendas do varejo comum para todos os estados da federação no período de 2005 a 2012. Nota-se que os estados que registraram as maiores taxas anuais de crescimento nos últimos três anos são na maioria pertencentes a região norte do país.

O estado de Tocantins registrou trajetória de redução da taxa de crescimento após apontar crescimento

anual recorde durante todo o período analisado e entre todos os estados de 55,62% em 2010.

Entre os anos de 2011 e 2012, vinte estados da federação registraram aumento da taxa de crescimento anual do varejo comum o que confirma a trajetória de recuperação do varejo nacional. Os grandes destaques de expansão na taxa de crescimento anual entre os anos de 2011 e 2012 foram: Amapá, Roraima e Mato Grosso do Sul

com taxas acima dos dez pontos percentuais. O Ceará registrou a décima sexta maior diferença de incremento na

taxa de crescimento entre esses dois, passando de 7,95%, em 2011, para 9,55% em 2012. (Tabela 8).

Tabela 8 – Taxa de crescimento anual das vendas do varejo comum - Brasil e Estados – 2005–2012 *continua*

Brasil e Unidade da Federação	Anos							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Roraima	8,89	30,13	0,13	7,94	11,29	19,31	10,6	26,7
Amapá	5,26	23,58	8,52	6,64	6,33	11,82	0,88	17,7
Mato Grosso do Sul	7,32	4,24	13,39	10,92	3,4	13,39	5,55	16,9
Tocantins	33,17	18,72	7,7	5,06	-2,52	55,62	25,17	15,46
Acre	21,4	27,46	5,57	6,57	6,01	22,43	9,5	12,81
Maranhão	23,03	17,49	14,26	9,23	3,78	17,37	9,41	11,77
Pernambuco	14	6,23	9,85	6,76	5,41	11,92	6,67	10,76
Espírito Santo	11,24	10,35	9,05	8,36	-1,11	9,09	7,51	10,59
Paraná	-0,97	2,92	7,11	7,03	5,22	9,22	6,98	9,94
Paraíba	28,51	7,48	6,68	10,18	0,72	18,77	14,23	9,92
Bahia	7,06	9,67	9,99	7,82	6,99	10,27	7,12	9,74
São Paulo	2,31	5,75	12,57	12,48	7,24	10,64	5,89	9,67
Ceará	16,06	9,57	10,61	8,03	9,49	14,03	7,95	9,55
Rio Grande do Sul	-2,1	1,05	7	6,44	3,03	10,7	6,09	9,02
Goiás	16,55	5,93	6,28	8,79	5,08	13	7,39	8,77
Brasil	4,84	6,16	9,68	9,13	5,88	10,89	6,65	8,44
Alagoas	16,05	18,73	19,24	5,8	8,19	12,52	3,53	8,32
Pará	12,28	5,74	10,19	1,65	3,59	12,67	8,1	8,3
Santa Catarina	4,26	4,76	10,35	6,19	6,79	7,57	6,27	7,41
Piauí	22,24	10,35	0,64	8,24	13,26	4,3	5	7,08
Rio Grande do Norte	23,59	9,58	8,22	10,99	4,18	9,36	7,05	7,03
Minas Gerais	3,96	10,26	7,02	7,56	4,8	11,38	10	6,73

Mato Grosso	2,73	-9,93	12,24	10,6	4,57	18,05	3,68	6,55
Rondônia	11,06	3,97	4,3	13,46	10,83	29,41	10,61	5,69
Sergipe	28,24	4,83	9,82	4,13	13,18	12,87	0,51	5,38
Distrito Federal	12,8	6,42	8,32	3,93	0,97	8,24	4,3	4,41
Amazonas	20,18	13,65	5,98	-1,51	4,35	9,93	4,86	4,28
Rio de Janeiro	4,13	6,08	6,11	7,58	5,71	10,39	6,77	4,05

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

3.3.3. Análise Setorial das Vendas do Varejo

Pela análise setorial das vendas do varejo é possível observar que das dez atividades investigadas três registraram queda nas vendas em dezembro de 2012 frente a dezembro de 2011: Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-51,39%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-20,95%); e Livros, jornais, revistas e papeleria (-15,27%). Por outro lado, o setor de Combustíveis e lubrificantes registrou o maior crescimento mensal de 22,35%, seguido por Móveis e eletrodomésticos (22,27%); e Material de construção (16,61%). (Tabela 9).

No acumulado do ano, o setor de Combustíveis e lubrificantes também figurou como o grande destaque nas

vendas do varejo estadual com alta de 22,33%, sendo novamente seguido por Móveis e eletrodomésticos (21,77%); e Material de construção (15,75%). (Tabela 3).

O setor de Combustíveis e lubrificantes foi o que registrou a maior diferença de crescimento em relação ao mesmo setor no país, ou seja, 15,5 pontos percentuais de diferença no acumulado do ano de 2012. Outros setores que registraram crescimento anual superior ao do país foram: Móveis e eletrodomésticos (9,53 p.p.); Material de construção (7,8 p.p.); Tecidos, vestuário e calçados (5,24 p.p.); e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (2,94 p.p.). (Tabela 9).

Tabela 9 – Taxa de crescimento das vendas do varejo por setores – Brasil e Ceará - Out-Dez/2012

ATIVIDADES	Brasil					Ceará				
	Variação mensal			Acum. Ano (2012)	Acum. 12 meses (2012)	Variação mensal			Acum. Ano (2012)	Acum. 12 meses (2012)
	out/12	nov/12	dez/12			out/12	nov/12	dez/12		
Combustíveis e lubrificantes	11,45	7,51	5,35	6,83	6,83	27,98	22,95	22,35	22,33	22,33
Móveis e eletrodomésticos	13,75	8,47	8,95	12,24	12,24	29,05	31,22	22,27	21,77	21,77
Material de construção	13,48	5,63	6,88	7,95	7,95	32,03	21,9	16,61	15,75	15,75
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	12,99	9,56	3,61	10,23	10,23	20,42	15,03	15,21	13,17	13,17
Tecidos, vestuário e calçados	4,49	6,53	3,24	3,39	3,39	8,87	9,36	11,8	8,63	8,63
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,6	8,31	6,64	8,44	8,44	10,19	9,83	5,82	7,47	7,47
Hipermercados e supermercados	6,96	8,72	7,33	8,9	8,9	9,48	9,21	5,76	7,36	7,36
Veículos, motocicletas, partes e peças	24,11	4,61	6,84	7,32	7,32	19,24	1,43	0,85	6,76	6,76
Livros, jornais, revistas e papelaria	11,07	11,15	4,85	5,36	5,36	4,8	3,42	-15,27	-4,35	-4,35
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	13,57	18,5	10,03	9,43	9,43	1,35	9,72	-20,95	-1,62	-1,62
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	16,11	-0,79	-23,29	6,91	6,91	-32,26	-38,62	-51,39	-25,07	-25,07

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Com relação ao ano de 2011, metade dos setores analisados registrou crescimento superior em 2012. Os setores do varejo cearense que registraram os maiores diferenciais de crescimento foram: Combustíveis e lubrificantes (23,73 p.p.); Material de construção (13,59 p.p.); Tecidos, vestuário e calçados (13,26 p.p.) e

Móveis e eletrodomésticos (6,17 p.p.). Vale ressaltar que no caso de Combustíveis e lubrificantes e de Tecidos, vestuário e calçados o que ocorreu na verdade foi uma forte recuperação dado que em 2011 esses setores haviam registrado queda frente ao ano de 2010. (Tabela 10).

Tabela 10 – Taxa de crescimento das vendas do varejo por setores – Ceará - Out-Dez/2011-2012

ATIVIDADES	Variação mensal			Acum. Ano (2011)	Acum. 12 meses (2011)	Variação mensal			Acum. Ano (2012)	Acum. 12 meses (2012)
	out/11	nov/11	dez/11			out/12	nov/12	dez/12		
Combustíveis e lubrificantes	0,9	1,65	7,27	-1,4	-1,4	27,98	22,95	22,35	22,33	22,33
Móveis e eletrodomésticos	15,46	3,28	19,03	15,6	15,6	29,05	31,22	22,27	21,77	21,77
Material de construção	4,58	7,67	-11,07	2,16	2,16	32,03	21,9	16,61	15,75	15,75
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	16,66	13,18	8,7	18,27	18,27	20,42	15,03	15,21	13,17	13,17
Tecidos, vestuário e calçados	-9,79	-4,2	-5,69	-4,63	-4,63	8,87	9,36	11,8	8,63	8,63
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,58	0,14	-0,23	7,2	7,2	10,19	9,83	5,82	7,47	7,47
Hipermercados e supermercados	4,5	-0,08	-0,58	7,2	7,2	9,48	9,21	5,76	7,36	7,36
Veículos, motocicletas, partes e peças	0,04	3,7	1,32	10,63	10,63	19,24	1,43	0,85	6,76	6,76
Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,39	1,59	-7,07	16,75	16,75	4,8	3,42	-15,27	-4,35	-4,35
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-0,1	2,91	-1,52	0,84	0,84	1,35	9,72	-20,95	-1,62	-1,62
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	42,9	34,18	3,6	21,72	21,72	-32,26	-38,62	-51,39	-25,07	-25,07

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

3.4. Comércio Exterior

A balança comercial brasileira encerrou o ano de 2012 com desempenho abaixo do registrado em 2011. As exportações brasileiras sofreram uma redução de 5,26% em comparação ao mesmo período do ano de 2011 e as importações reduziram 1,36%. Quando a observação se volta para o quarto trimestre do ano, comparado ao mesmo período de 2011, verificou-se uma queda, com expressividade ainda maior,

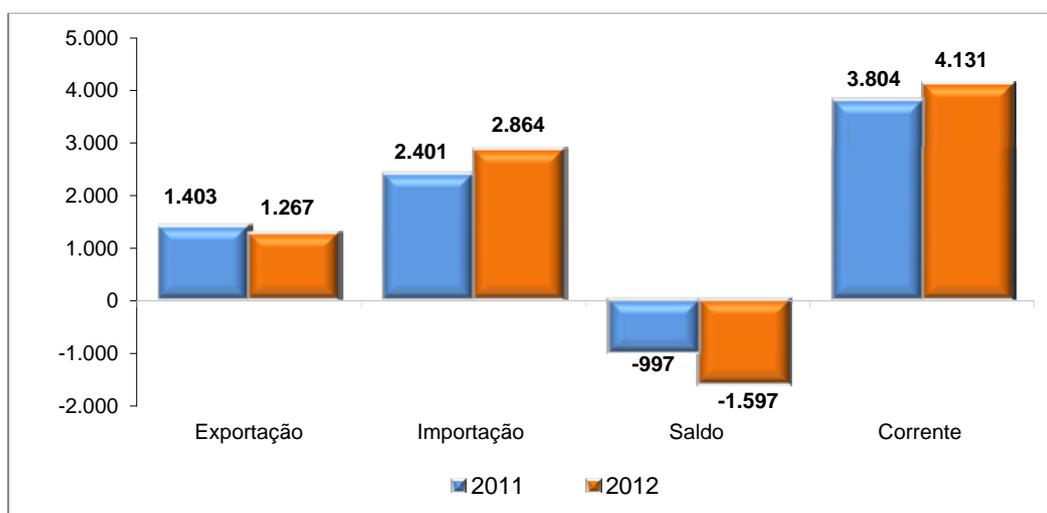
de 6,14% nas exportações e 1,75% nas importações.

Acompanhando o movimento brasileiro, a queda das exportações cearenses foi de 9,74% no quarto trimestre do ano, comparado ao quarto trimestre de 2011. Para esse mesmo período, as importações cearenses apresentaram comportamento inverso, com crescimento de 53,17%.

Já para o período acumulado do ano de 2012, as exportações cearenses tiveram queda de 9,70% em relação ao ano anterior. Por outro lado, as importações cearenses cresceram 19,30% na mesma comparação. Esse desempenho das importações continua sendo influenciado pelo aumento da demanda de insumos

industriais destinados a atividade produtiva e aos investimentos que vêm sendo realizados no Estado. Esse comportamento elevou o saldo negativo da balança comercial cearense, que no acumulado do ano registrou o valor de US\$ 1.597 milhões (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Balança Comercial Cearense (US\$1.000) – Jan-Dez 2011/2012



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

3.4.1 Exportações

O Ceará exportou US\$ 1.267 milhões no acumulado do ano de 2012, representando um decréscimo de 9,70% em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse comportamento, as exportações cearenses reduziram mais uma vez a participação nas exportações totais do Brasil, passando de 0,55% em 2011 para 0,52% em 2012. Dessa forma, o Ceará se posicionou como o 15º estado em valor exportado pelo Brasil.

No quarto trimestre de 2012, o Ceará vendeu para o exterior o valor de US\$ 342,7 milhões, significando uma participação de 27,05% no total vendido pelo estado em todo o ano de 2012. Para esse mesmo período em 2011, o Ceará havia vendido US\$ 379,7 milhões para o mercado externo, o que representou 27,06% do total vendido em 2011.

Calçados e suas partes continuam sendo os principais produtos exportados pelo Ceará, mesmo tendo apresentado redução de 7,5% do valor exportado no ano de 2012, comparado ao ano de 2011. Logo em seguida na pauta

exportadora cearense, estão Couros e Peles e a Castanha de Caju, com valor exportado de US\$ 185,7 milhões e US\$ 176 milhões, respectivamente (Tabela 11).

Tabela 11 – Principais Produtos Exportados pelo Ceará – Jan - Dez 2011/2012

Principais Produtos	2012	Part (%)	2011	Part (%)	Var (%)2012/2011
Calçados	338.648.951	26,73	365.963.180	26,08	-7,46
Couros e Peles	206.179.451	16,27	185.746.047	13,24	11,00
Castanha de caju	148.575.140	11,73	176.049.720	12,55	-15,61
Frutas (Exclusive castanha de caju)	108.391.032	8,56	102.590.822	7,31	5,65
Têxteis	72.854.456	5,75	86.936.455	6,20	-16,20
Preparações alimentícias diversas	71.206.649	5,62	69.553.214	4,96	2,38
Ceras vegetais	66.842.620	5,28	58.215.910	4,15	14,82
Consumo de bordo	39.308.822	3,10	39.164.663	2,79	0,37
Produtos Metalúrgicos	32.870.245	2,59	51.201.472	3,65	-35,80
Lagostas	29.037.413	2,29	50.109.672	3,57	-42,05
Demais Produtos	153.052.512	12,08	217.764.604	15,52	-29,72
Ceará	1.266.967.291	100,00	1.403.295.759	100,00	-9,71

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

As vendas externas continuam esbarrando na crise internacional que afetou principalmente os países europeus e os Estados Unidos, que apesar das medidas econômicas adotadas por esses países, ainda apresentam um ritmo lento no crescimento e conseqüentemente na demanda externa. Diante desse cenário, os Estados Unidos reduziu suas

compras com o Ceará em 24% em 2012, com relação ao valor de 2011, com destaque para a redução de *castanha de caju* (-38,9%), *lagostas* (-35,75%) e *calçados* (-23,14%). A Argentina reduziu 19,4%, Reino Unido apresentou queda de 33,5% e Itália -29,6%. Esse comportamento reforça a teoria sobre os impactos da crise mundial no comércio exterior (Tabela 12).

Tabela 12 – Principais Destinos das Exportações do Ceará – Jan-Dez. 2011/2012

Destinos	2012	Part (%)	2011	Part (%)	Var (%) 2012/2011
Estados Unidos	299.155.124	23,61	393.637.501	28,05	-24,00
Argentina	116.443.951	9,19	144.473.019	10,30	-19,40
Países Baixos (Holanda)	105.686.126	8,34	90.016.761	6,41	17,41
China	67.397.136	5,32	68.100.219	4,85	-1,03
Reino Unido	57.165.162	4,51	85.978.152	6,13	-33,51
Hungria	45.479.447	3,59	18.475.818	1,32	146,16
Itália	45.371.102	3,58	64.474.676	4,59	-29,63
Alemanha	43.936.613	3,47	39.564.979	2,82	11,05
Provisão de Navios e Aeronaves	37.395.463	2,95	37.607.449	2,68	-0,56
Hong Kong	36.689.938	2,90	24.763.764	1,76	48,16
Demais Países	412.247.229	32,54	436.203.421	31,08	-5,49
Ceará	1.266.967.291	100,00	1.403.295.759	100,00	-9,71

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

3.4.2 Importações

O desempenho anual das importações em 2012 posicionou o Ceará em 14º lugar no *ranking* brasileiro, respondendo por 1,28% do total importado pelo país. Quando analisamos o desempenho das compras externas do Ceará com relação à Região Nordeste, o Estado ficou em 4º lugar no *ranking* regional, com uma participação de 11,01%. Vale ressaltar o valor histórico recorde das compras externas do Estado no ano de 2012, que alcançou a quantia de US\$ 2.863,7 bilhões.

No quarto trimestre de 2012 as importações atingiram o valor de US\$ 1.021,5 bilhões, o que significou um crescimento de 53,17% com relação ao mesmo período de 2011.

A importação de Produtos Metalúrgicos continua crescendo, uma vez que ao longo dos nove primeiros meses de 2012 o Ceará importou US\$ 374,1 milhões, proporcionando um aumento de 37,14% com relação ao mesmo período do ano anterior. Dentro dessa seção destaca-se o laminado de ferro/aço que representou mais de 50% das importações. Esses números corroboram com o desempenho da indústria cearense de metalurgia básica que no período de janeiro a setembro de 2012 apresentou variação de 20,73% na produção física, comparado ao com igual período de 2011.

No ano de 2012, a importação do grupo de Máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos continua como o principal grupo, respondendo por

29,14% do total importado pelo Ceará. É importante destacar que na comparação com o mesmo período do ano passado, esse setor cresceu 18,67%. Dentro desse setor destacam-se os seguintes produtos adquiridos: *Outras turbinas a vapor, de potência > 40 mw e outras turbinas a vapor de potência >40mw*, que juntas representam 52,24% das importações desse grupo.

Em seguida, tem-se o grupo de Produtos Metalúrgicos com o valor de US\$ 473 milhões, tendo participado com 16,52% na cesta de bens importados. Este valor foi superior ao ano de 2011, gerando um crescimento de 17,81%. Os produtos de destaque são: *Lamin.ferro/aço, a frio, l>=6dm, em rolos, 1mm<e<3mm, Lamin.ferro/aço, a frio, l>=6dm, em*

Na tabela 13 podemos ver que nenhum dos principais grupos registrou queda, quando comparados com o ano de 2011.

rolos, 0.5mm<=e<=1mm e Lamin.ferro/aço, l>=6dm, galvan.outroproc.e<4.75mm que representaram cerca de 38% do total desse grupo. Combustíveis e minerais aparecem na terceira colocação na pauta de importação, que representaram 13,64% do total comprado pelo Estado. O Destaque ficou para o produto *Gás Natural*, que sozinho representou 64,11% do total desse setor, sendo o segundo produto mais comprado pelo Ceará.

Vale ressaltar que o produto *Outras turbinas a vapor, de potência > 40 mw* foi o principal produto adquirido pelo Estado no mercado externo, com um valor de US\$ 331,8 milhões.

Tabela 13 – Principais Produtos Importados pelo Ceará – Jan-Dez 2011-2012

Principais Produtos	2012	Part. (%)	2011	Var(%)2012/2011
Máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos	834.418.974	29,14	448.252.508	18,67
Produtos Metalúrgicos	473.031.673	16,52	427.589.917	17,81
Combustíveis Minerais	393.600.747	13,74	346.038.150	14,41
Trigos	223.830.125	7,82	260.417.035	10,85
Produtos Químicos	189.785.573	6,63	132.861.339	5,53
Têxteis	158.148.735	5,52	268.113.021	11,17
Plásticos e suas obras	64.707.825	2,26	63.789.579	2,66
Óleos de dendê, em bruto	59.497.889	2,08	45.289.070	1,89
Veículos e material para vias férreas e suas partes	57.975.186	2,02	1.991.874	0,08
Castanha de Caju	56.247.313	1,96	57.393.442	2,39
Demais Produtos	352.469.010	12,31	348.977.527	14,54
Ceará	2.863.713.050	100	2.400.713.462	100

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

Com relação aos principais países de origem das mercadorias que o Ceará comprou em 2012 (Tabela 14), a China foi o principal país, atingindo o valor de US\$ 791,2 milhões, representando um aumento de 105,93% com relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais produtos vindos desse país foram *Outras turbinas a vapor, de potência > 40 mw, Lamin.ferro/aço, Partes e acessórios de motocicletas(inclu.ciclomotores), Cimentos não pulverizados ("clinkers")*.

Os Estados Unidos e Argentina apresentaram queda nas vendas para o

Tabela 14 – Principais Fornecedores dos Produtos Importados pelo Ceará Jan-Dez 2011-2012

Origens	2012	Part.%	2011	Part.%	Var.% 2012/2011
China	791.190.884	27,63	384.197.225	16,00	105,93
Estados Unidos	272.394.427	9,51	388.938.415	16,20	-29,96
Argentina	251.094.630	8,77	280.276.810	11,67	-10,41
Itália	148.333.940	5,18	66.656.445	2,78	122,54
Colômbia	99.036.725	3,46	83.827.825	3,49	18,14
Alemanha	92.402.252	3,23	157.843.522	6,57	-41,46
Turquia	90.082.791	3,15	93.333.602	3,89	-3,48
Índia	70.058.925	2,45	97.669.556	4,07	-28,27
Nigéria	68.576.738	2,39	5.505.460	0,23	1.145,61
Trinidad E Tobago	68.306.324	2,39	23.558.807	0,98	189,94
Demais Origens	912.235.414	31,85	818.905.795	34,11	11,40
Total	2.863.713.050	100,00	2.400.713.462	100,00	19,29

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

3.5 Agropecuária

Enquanto o Brasil contabilizou um crescimento de 1,2% na safra de grãos de 2012 em relação a 2011, o Ceará confirmou uma quebra de safra de 82,0% como resultado de uma estiagem

Ceará no período em análise, de respectivamente, 29,96% e 10,41%. Nos EUA esse resultado foi influenciado basicamente pela redução de aquisição *Hulha betuminosa, não aglomerada, gasolinas e gás natural liquefeito*, e na Argentina foi a diminuição de *trigo, algodões e farinha de trigo*.

Quanto aos países que se destacaram por terem ampliado suas vendas para o Ceará cita-se a Nigéria e Trinidad e Tobago, desses dois países veio principalmente *Gás Natural Liquefeito*.

de evidentes impactos sociais e econômicos. Apesar de amplamente difundido como uma das maiores secas das últimas décadas é pertinente ponderar que as evidências não

mostram essa situação, visto que em 2010 as precipitações ocorreram em níveis mais baixos que em 2012.

Portanto, o quadro geral das áreas rurais e da produção agropecuária do Ceará em 2012 deve ser contemplado com algumas importantes ressalvas, pois, tão ou mais importante que o volume de chuvas, a distribuição irregular das precipitações contribuiu fortemente para as condições climáticas nesse ano. Além disso, também foi determinante o nível dos reservatórios, enquanto em 2010 o grande volume de chuvas proporcionou um nível elevado de reservas hídricas, em 2012 a carga hídrica proveniente do ano anterior não garantiu tal segurança.

Isso fez com que 2012 fosse um ano de ações emergenciais, o que incluiu o aumento do número de parcelas do Garantia Safra, criação do Bolsa Estiagem, liberação de recursos dos governos federal e estadual em diversas ações como construção de cisternas, recuperação de poços, instalação e recuperação de sistemas de abastecimento etc. O envio de carros-pipa e o fornecimento de milho com preço subsidiado para alimentação animal são as maiores demandas, ainda não contempladas plenamente dada a grande necessidade e o problema de logística para trazer o milho frente à

demanda no Centro-Sul do País para escoar a safra nacional para os portos.

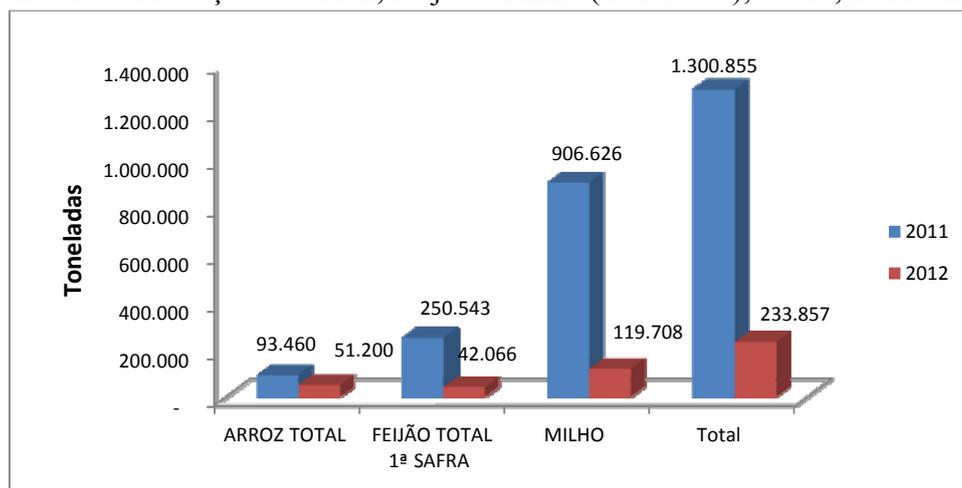
A seca não foi um episódio localizado no Ceará, tendo se estendido pela Região Nordeste e tendo ocorrido também na Região Sul, de forma que a safra recorde do País foi puxada pelas regiões Centro-Oeste e Sudeste. Assim, o resultado da safra de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas para as regiões do País apresentou incremento de 26,2% na Região Centro-Oeste, 11,7% da Região Sudeste e 7,3% da Região Norte, enquanto as Regiões Nordeste e Sul tiveram, respectivamente, decréscimos de 18,4% e 18,3%. Percebe-se que as perdas da Região Nordeste não foram tão elevadas quanto ao observado no Ceará em função dos estados produtores de soja e com grandes áreas de grãos irrigadas, como a Bahia e o Piauí. Ainda assim, em termos de participação a Região Centro-Oeste respondeu pela maior fatia da produção de grãos, com 43,7%, seguida, nessa ordem, pelas Regiões Sul, 34,2%, Sudeste, 11,9%, Nordeste, 7,4% e Norte, 2,8%.

As perdas da safra de grãos no Ceará foram generalizadas e em níveis elevados, chegando alguns municípios a apresentarem perdas de 100,0%. Em relação às principais culturas

observaram-se perdas de 86,8% para o milho e 83,2% para o feijão de 1ª safra, enquanto o arroz teve perda de 45,2%. Outras culturas também apresentaram perdas elevadas, como o algodão, com perdas de 88,9%, amendoim, com

88,1%, mamona, 83,9%, e ainda mais ressaltado o girassol, 99, 4%. No Gráfico 18 percebe-se o nível de perda de safra ocorrido, devendo se considerar que a safra de 2011 havia sido recorde o que ressaltou as perdas em 2012.

Gráfico 18 – Produção de Arroz, Feijão e Milho (Toneladas), Ceará, 2011 e 2012.



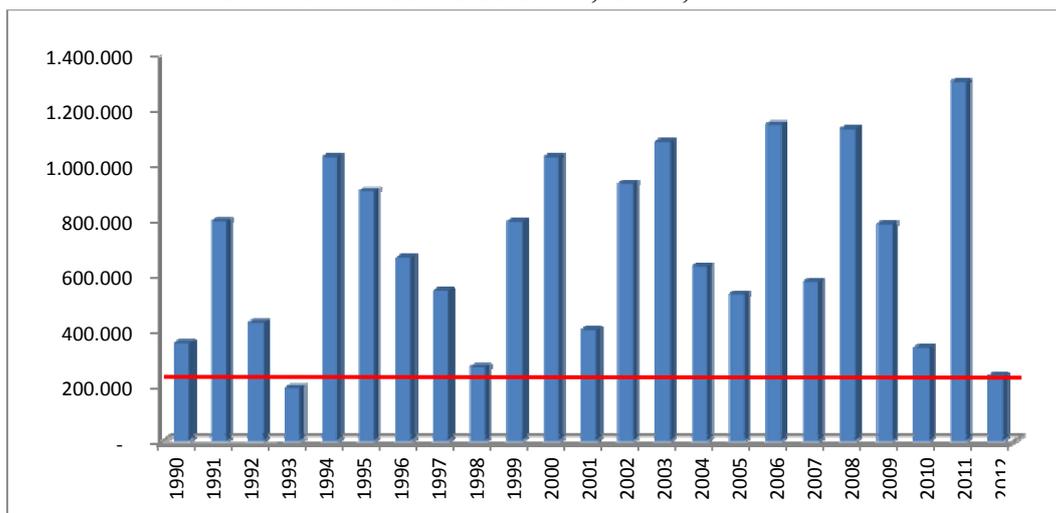
Fonte: IBGE

Conjuntamente, milho, arroz e feijão (1ª safra), responderam, em 2012, por 91,1% da safra de grãos do Ceará, mostrando uma perda de participação de milho em relação a um ano normal como em 2011, quando esse produto teve participação de 69,7% passando para 51,2% no último ano. Isso ocorre pela contribuição da produção irrigada de arroz e feijão que faz com que esses

ganhem participação em anos típicos de estiagem.

O volume total da produção de grãos do Ceará em 2012 foi de 233.857 toneladas, a segunda menor safra dos últimos 23 anos, superando, nesse período, apenas o ano de 1993 quando ocorreu outra estiagem severa, conforme verificado no Gráfico 19.

Gráfico 19 – Safras de Grãos, Ceará, 1990 a 2012



Fonte: IBGE

Quanto ao Valor Bruto da Produção, a safra de grãos foi a que apresentou a maior redução, 69,2% em relação ao ano anterior em valores nominais. Assim a produção de grãos gerou um valor bruto de R\$ 332,58 milhões. A maior participação foi do feijão-de-corda de 1ª safra, com 48,8%, seguida pelo milho, com 22,4% do valor da produção de grãos, enquanto o arroz representou 11,1%.

Mesmo a fruticultura tendo uma relação praticamente inversa ao comportamento das chuvas, em função da irrigação, ainda observou-se uma redução de 1,7% da produção de frutas frescas. Dentre os principais produtos da fruticultura, a banana de sequeiro, com participação de 21,0% do volume, apresentou redução de 31,9% em relação ao ano anterior, contribuindo em maior grau para a queda do volume total. Outras frutas

com menor participação no volume total também apresentaram reduções significativas, como a uva com redução de 56,7%, abacate, 31,8%, mamão, 23,2%, tangerina, 22,6% e manga de sequeiro, que teve queda de 20,9%.

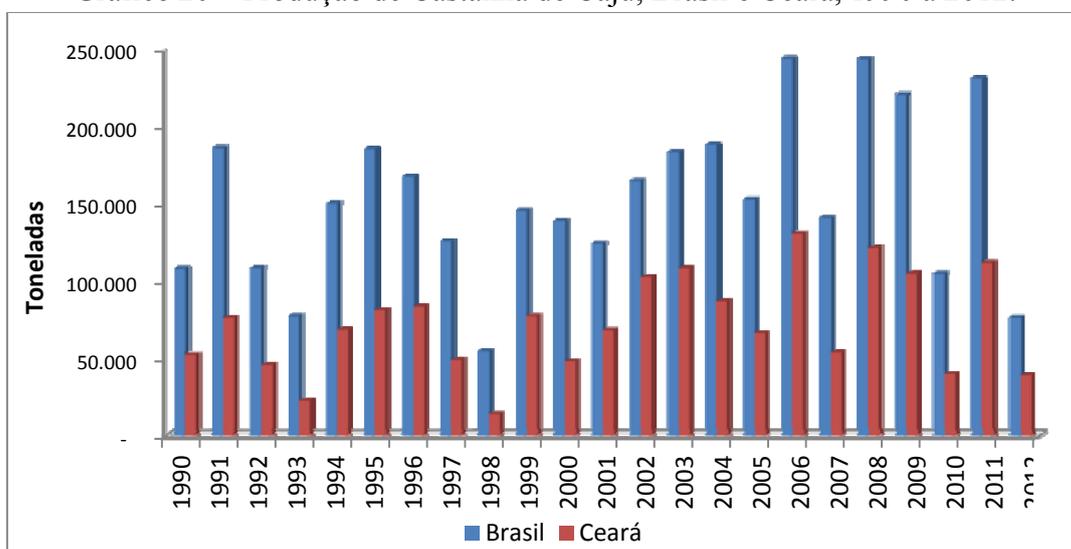
No sentido contrário algumas culturas apresentaram crescimento da produção, como o melão que teve crescimento da produção de 52,8% e uma participação de 20,3%, também a acerola apresentou incremento na produção em 45,1%, a melancia, 32,6%, a banana irrigada, 17,1% e a goiaba, 11,6%, ambas sustentaram a produção de frutas.

A castanha de caju, tradicional item de exportação do Ceará, mais uma vez registra declínio da produção, com redução de 65,5% da produção em relação ao ano anterior. Esse resultado foi o terceiro pior nos últimos 23 anos,

ainda que a participação do Estado tenha crescido em relação à produção

do País, ficando em torno de 51,0% no último ano.

Gráfico 20 – Produção de Castanha de Caju, Brasil e Ceará, 1990 a 2012.



Fonte: IBGE

De modo geral, a fruticultura, em 2012, teve uma redução de 5,3% no valor da produção em relação ao anterior, em valores correntes, registrando R\$ 970,35 milhões. O maracujá apresenta a maior participação, com 23,8%, seguido da banana, 22,4%, e melão, com 16,9%.

Dos demais produtos com importância econômica para o Estado a mandioca teve uma redução de 44,0% na produção, a cana-de-açúcar 9,6% e o tomate 7,1%. O valor da produção total dos demais produtos foi 15,1% inferior ao ano anterior, em termos de valores correntes, sendo que as maiores participações foram observadas na mandioca, 33,2%, cana-de-açúcar, com 30,8%, e tomate, 27,0%.

Em relação à pecuária, observou-se uma redução de 10,2% na quantidade de leite adquirido pela indústria do Ceará, enquanto o abate de bovinos sofreu uma diminuição de 11,5%. O abate de suínos, por sua vez, teve queda de 14,3% e o abate de aves 6,5%. A produção de ovos foi a que apresentou a menor variação, com redução em torno de 1,0%.

A pecuária sofreu os impactos da estiagem de 2012 em vários aspectos, pois além das reduções no abate e produção de leite, o símbolo desse ano foi o grande número de carcaças de animais, mortos por falta de água e alimento, espalhados por todo o sertão do Ceará, como também em grande parte dos estados do Nordeste. Isso

corroeu a frágil economia agrícola do Estado, trazendo prejuízos e descapitalização dos produtores. Assim, um grande esforço se apresenta não apenas para restabelecer a base de

produção, mas ainda mais para pensar políticas resolutivas para o histórico problema de desenvolvimento do semiárido, a convivência com a seca e a redução das vulnerabilidades.

4. MERCADO DE TRABALHO

4.1. Evolução do Emprego Celetista

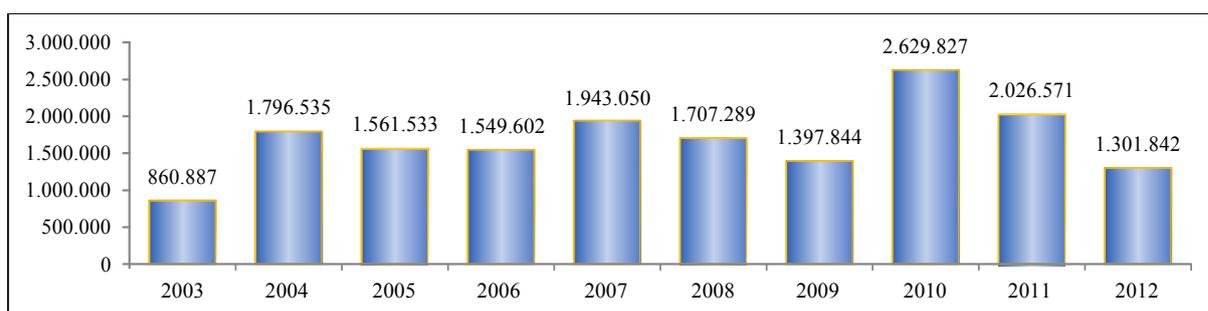
Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego é possível observar que em 2010 ocorreu uma geração de empregos recorde no Brasil, resultado da forte recuperação econômica vivida naquele ano, depois de um ano de crise, com taxa de crescimento do PIB acima dos sete pontos percentuais.

Em 2011, foram sentidos os efeitos das políticas de incentivo ao consumo adotadas, a exemplo da manutenção da redução de encargos sobre as vendas de veículos novos, redução do IPI para a linha branca e materiais de construção e também redução da taxa básica de juros

da economia a partir de setembro daquele ano, o que resultou no segundo maior saldo de empregos gerados na história do país.

Todavia, foi observado em 2012 uma nova queda no ritmo de geração de novas vagas de trabalho com carteira assinada no Brasil de 35,76% comparado a 2011. Ou seja, foi gerado um total de 1.301.842 novos postos de trabalho celetistas, considerando a série que incorpora as informações declaradas fora do prazo. Isso representou 724.729 vagas geradas de trabalho a menos na comparação dos dois anos. (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Evolução do Emprego Celetista - Brasil - 2003 a 2012



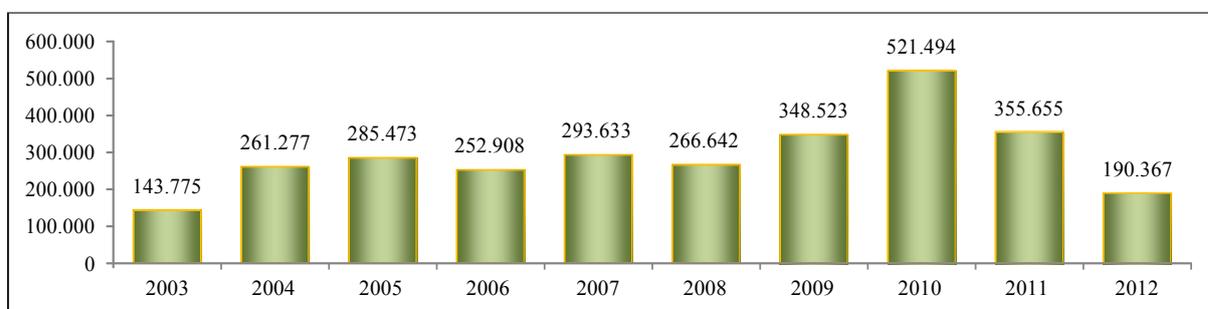
Fonte: CAGED. Elaboração: IPECE.

Nota: Série ajustada incorporando informações declaradas fora do prazo apenas a partir de 2011..

Sendo assim, é possível observar o movimento de desaceleração na geração de novas vagas de trabalho no país que acompanhou o arrefecimento da taxa de crescimento econômico nacional nos últimos dois anos. Em 2010, foi registrada a maior taxa de crescimento econômico da última década, reflexo da recuperação ocorrida frente a crise vivenciada pelo país em 2009. Vale destacar que o país vem apresentando taxas positivas a partir de então mas um pouco abaixo da média observada nos últimos cinco anos.

A região Nordeste do país, que também experimentou desaceleração no ritmo de crescimento econômico, seguiu trajetória semelhante ao registrar nítida tendência de desaceleração na geração de novos postos de trabalho no período de 2010 a 2012. Em 2012, foram gerados apenas 190.367 novos postos de trabalho na região, resultado de uma queda de 46,47% frente ao resultado alcançado em 2011. Com isso, foram geradas 165.288 vagas de trabalho a menos na comparação dos últimos dois anos. (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Evolução do Emprego Celetista - Nordeste - 2003 a 2012

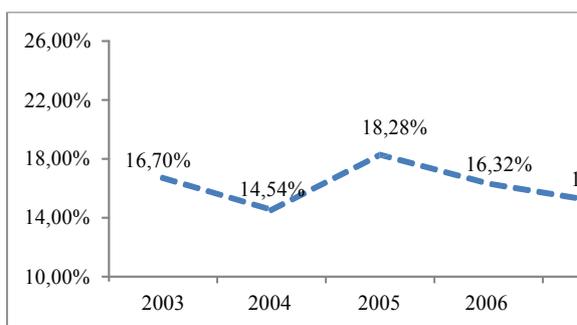


Fonte: CAGED. Elaboração: IPECE.

Nota: Série ajustada incorporando informações declaradas fora do prazo apenas a partir de 2011.

Vale destacar que a região Nordeste também vem registrando contínua perda

Gráfico 23 - Evolução da Participação da Geração de Empregos Celetista – NE/BR - 2003 a 2012



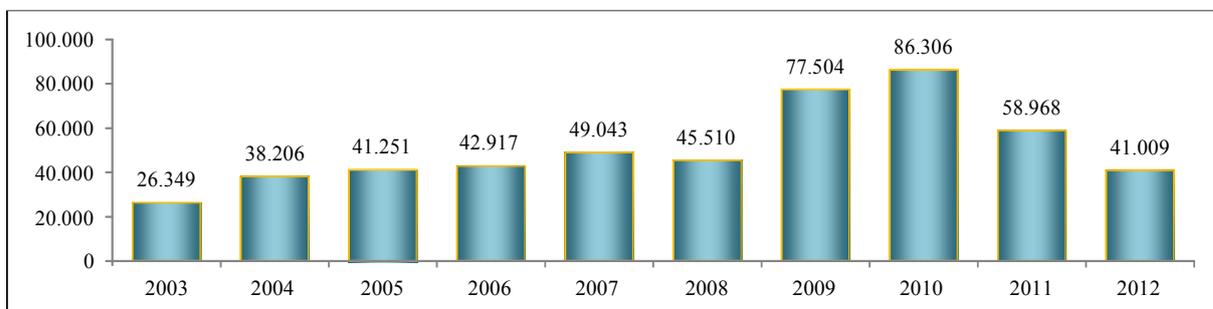
Fonte: CAGED. Elaboração: IPECE.

Nota: Série ajustada incorporando informações declaradas fora do prazo apenas a partir de 2011.

de participação na geração de novas vagas de trabalho celetista no país desde 2009. (Gráfico 23).

O Estado do Ceará apontou trajetória semelhante ao registrar também comportamento de queda na geração de novos postos de trabalho desde 2010. Em 2012, foram geradas apenas 41.009 novas vagas de empregos celetistas incorporando informações declaradas fora do prazo. Isso representou uma queda de 30,46% em relação ao ano de 2011, resultando em 17.959 vagas geradas de trabalho a menos na comparação com esse último ano. (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Evolução do Emprego Celetista - Ceará - 2003 a 2012



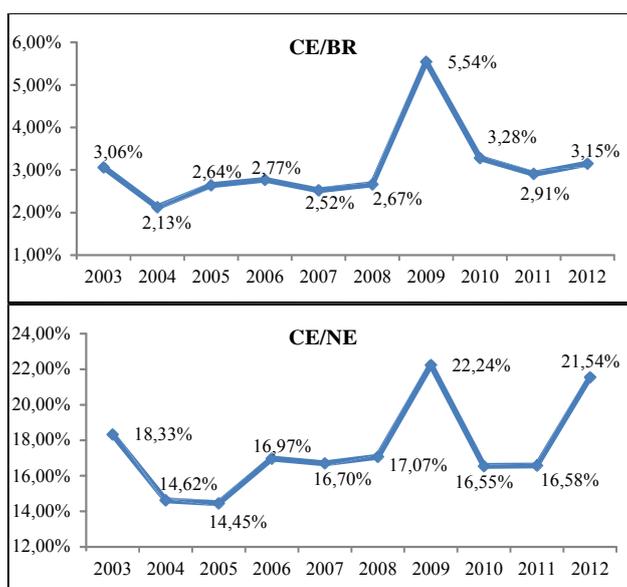
Fonte: CAGED. Elaboração: IPECE.

Nota: Série ajustada incorporando informações declaradas fora do prazo apenas a partir de 2011.

Apesar da redução na geração de novos postos de trabalho, a economia cearense registrou, na comparação dos anos de 2011 e 2012, um aumento de participação relativa no total de empregos gerados no país, passando de 2,91%, em 2011, para 3,15% em 2012. Na região Nordeste esse ganho de

participação foi bem mais expressivo, passando de 16,58%, em 2011, para 21,54% em 2012, ou seja, de cada cinco empregos gerados na região Nordeste um foi gerado pelo Estado do Ceará. (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Evolução da Participação da Geração de Empregos Celetista – 2003 a 2012



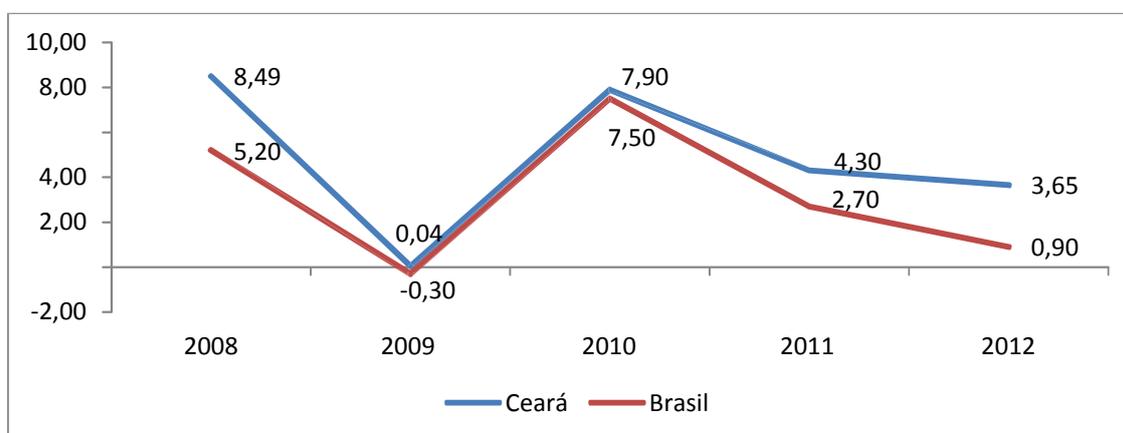
Fonte: CAGED. Elaboração: IPECE.

Nota: Série ajustada incorporando informações declaradas fora do prazo apenas a partir de 2011.

Diante do exposto é possível dizer que a redução do ritmo de geração de novas vagas de trabalho no Estado do Ceará tem também refletido sobremaneira o comportamento da dinâmica econômica cearense dos últimos três anos. A economia local também experimentou elevada taxa de crescimento em 2010, passando a apresentar desaceleração no ritmo de crescimento a partir de então.

Todavia, a economia cearense ainda apresentou taxas superiores de crescimento quando comparada ao país. (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Taxa de Crescimento real (%) do PIB - Ceará e Brasil - 2008-2012



Fonte: IBGE e IPECE.

(*) Os dados dos anos de 2011 e 2012 são preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

4.2. Comportamento Setorial do Emprego Celetista

A geração de novas vagas de trabalho celetista no Brasil ocorreu principalmente nos setores de Serviços (+666.160 postos), do Comércio (+372.368 postos), da Construção Civil (+149.290 postos). (Tabela 15).

Tabela 15 - Evolução da Participação da Geração de Empregos Celetista – 2010 a 2012

SETORES	BRASIL			CEARÁ			PARTICIPAÇÃO (%)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
1.Extrat Mineral	17.872	19.663	10.928	223	414	110	1,25%	2,11%	1,01%
2.Indust Transform	554.316	224.409	86.406	14.161	2.047	5.846	2,55%	0,91%	6,77%
Prod Min Não Metálicos	35.639	26.820	9.283	1.898	537	721	5,33%	2,00%	7,77%
Metalúrgica	81.856	27.178	278	1.489	757	1.198	1,82%	2,79%	430,94%
Mecânica	53.783	31.329	11.211	546	474	92	1,02%	1,51%	0,82%
Mat Elétric Comun	27.659	21.472	3.736	3	232	-16	0,01%	1,08%	-0,43%
Mater Transporte	55.716	22.266	2.564	353	411	-269	0,63%	1,85%	-10,49%
Madeira e Mobiliário	33.535	12.093	7.716	882	426	377	2,63%	3,52%	4,89%
Pap, Papelão e Editoração	18.012	5.726	1.772	628	394	140	3,49%	6,88%	7,90%
Bor, Fumo,Couros	21.334	1.310	6.190	1.007	5	303	4,72%	0,38%	4,89%
Quim, PrFarm, Vet	52.093	26.938	18.609	393	112	511	0,75%	0,42%	2,75%

Têxtil,Vestuário	64.449	-11.126	-380	4.837	-937	1.196	7,51%	8,42%	-314,74%
Calçados	30.094	-9.550	-9.654	1.799	-2.095	394	5,98%	21,94%	-4,08%
ProdAliment, Bebidas	80.146	69.953	35.081	326	1.731	1.199	0,41%	2,47%	3,42%
3.Serv Ind Ut Pub	20.444	9.617	10.223	277	188	-40	1,35%	1,95%	-0,39%
4.Construção Civil	347.730	235.922	149.290	16.190	6.728	-3.204	4,66%	2,85%	-2,15%
5.Comércio	636.818	477.367	372.368	20.675	17.938	14.411	3,25%	3,76%	3,87%
Com Varejista	531.145	389.337	302.894	18.071	15.986	12.736	3,40%	4,11%	4,20%
Com Atacadista	105.673	88.030	69.474	2.604	1.952	1.675	2,46%	2,22%	2,41%
6.Serviços	1.043.936	958.215	666.160	33.412	27.909	23.414	3,20%	2,91%	3,51%
Inst Financeiras	34.191	31.303	9.553	455	1.150	238	1,33%	3,67%	2,49%
Com. Adm. Imov. Tec. Pr.	414.958	338.946	201.066	12.198	10.949	7.422	2,94%	3,23%	3,69%
Transp. e Comunic.	137.920	141.772	70.327	2.938	3.005	1.692	2,13%	2,12%	2,41%
Aloj. Alim. Rep. Manut.	307.825	291.502	209.308	13.668	7.241	7.862	4,44%	2,48%	3,76%
Médicos Odontolog	90.501	91.348	103.096	1.979	3.166	3.129	2,19%	3,47%	3,04%
Ensino	58.541	63.344	72.810	2.174	2.398	3.071	3,71%	3,79%	4,22%
7.Adm Publica	8.881	15.793	1.491	790	324	-292	8,90%	2,05%	-19,58%
8.Agric,Silvicult	-170	85.585	4.976	-1.178	1.506	764	692,94%	1,76%	15,35%
Total	2.629.827	2.026.571	1.301.842	84.550	57.054	41.009	3,22%	2,82%	3,15%

Fonte: CAGED. Elaboração: IPECE.

Nota: Série ajustada incorporando informações declaradas fora do prazo apenas a partir de 2011.

Assim, nota-se que ocorreu uma redução do total de empregos gerados em quase todos os setores quando se comparam os anos de 2011 e 2012, à exceção do setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública. Por outro lado, a Indústria de transformação nacional registrou forte queda no ritmo de geração de novos postos de trabalhos na mesma comparação (mais de 60%).

Já no Ceará os principais setores responsáveis pela geração de novas vagas de trabalho no ano de 2012 foram

principalmente: Serviços (+23.414 postos), Comércio (+14.411 postos) e Indústria de Transformação (+5.846 postos). (Tabela 15).

Vale notar que em quase todos os grandes setores de atividade econômica cearense também ocorreu redução do ritmo de geração de novas vagas de trabalho com carteira assinada entre os anos de 2011 e 2012, a exceção, dessa vez, tendo ficado por conta da Indústria de transformação que apresentou forte

recuperação frente ao resultado obtido em 2011. Por fim, o setor da Construção civil que vinha dando grande contribuição para o mercado de trabalho formal cearense finalizou o ano de 2012 com perda de

em 2011. postos de trabalho de 3.204 vagas, refletindo de algum modo desaceleração no ritmo de crescimento desse setor.

5. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Esta seção trata da Intermediação Financeira nos Estados do Nordeste e Ceará representado pelos indicadores: Saldo das Operações de Crédito do SFN do Nordeste e da Taxa de Inadimplência do SFN do Nordeste, abrangendo todos os estados que compõem a Região, no período de um ano a partir de dezembro de 2011.

O saldo das operações de crédito realizado no Nordeste e seus Estados de dezembro de 2011 a dezembro de 2012,

apresentada na Tabela 16, aponta uma desaceleração significativa na taxa de crescimento das operações de créditos que já tiveram bem acima dos 20% no primeiro trimestre de 2011/2012. Em dezembro de 2012, apenas o Rio Grande do Norte ultrapassou os 20%, enquanto no Ceará as operações de crédito cresceram em torno de 14% em um ano, a menor taxa registrada entre os Estados do Nordeste, sendo maior apenas que o Estado de Pernambuco (11,8%).

Tabela 16 - Saldo das Operações de Crédito do SFN do Nordeste e seus Estados – Dezembro/2011 e Dezembro/2012.

ESTADOS	Saldo Operações de Crédito do SFN (R\$ milhões)						Variação Nominal (total)	Participação (%) dezembro de 2012 total
	Dezembro 2011			Dezembro 2012				
	2011			2012			(b) / (a) (%)	
	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total (a)	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total (b)		
Alagoas	8.042	5.185	13.227	9.682	5.456	15.138	14,45	5,0
Bahia	34.816	38.523	73.338	42.285	42.975	85.260	16,26	28,0
Ceará	18.638	19.534	38.172	21.734	21.926	43.660	14,38	15,0

Maranhão	13.692	8.633	22.325	15.921	10.318	26.239	17,53	9,0
Paraíba	10.377	4.484	14.861	12.037	5.584	17.621	18,57	6,0
Pernambuco	22.850	36.630	59.481	26.419	40.055	66.473	11,76	22,0
Piauí	6.628	3.946	10.574	7.634	4.562	12.196	15,34	4,0
R. G. Norte	9.997	6.579	16.576	11.950	8.324	20.273	22,3	7,0
Sergipe	6.755	4.643	11.398	7.940	5.403	13.343	17,06	4,0
NORDESTE	131.795	128.157	259.952	155.601	144.603	300.204	15,48	100,0

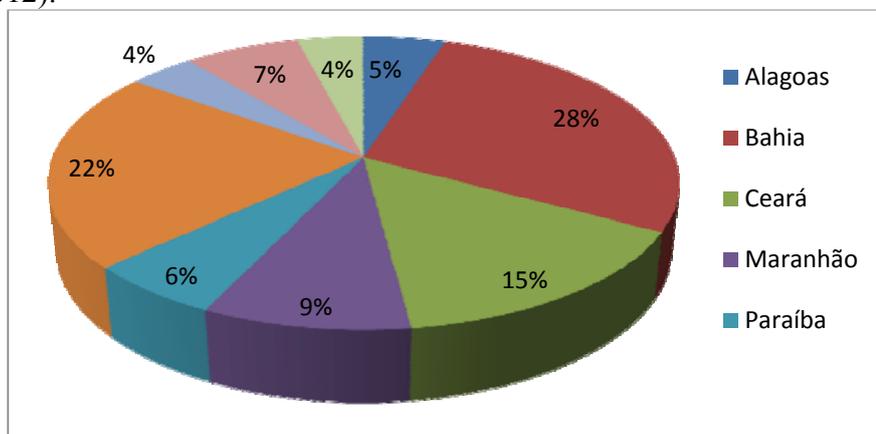
Fonte: Banco Central do Brasil.

(1) Saldo das operações de crédito realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

O Gráfico 27 abaixo confirma a forte participação do Ceará nas operações de crédito realizadas em dezembro de 2012 na Região Nordeste. O Ceará participou com 15% de todas as operações de créditos realizadas no Nordeste, ficando atrás apenas da Bahia e Pernambuco e com participação bem acima dos outros Estados do Nordeste. Essa maior

participação do Ceará pode ser decorrente do maior acesso das pessoas mais pobres ao sistema bancário através do aumento de números de trabalhadores com carteira assinada e como consequência a diminuição da informalidade decorrente dos investimentos ocorridos no Estado nos últimos anos.

Gráfico 27- Participação(%) dos Estados nas operações de Crédito realizadas no NE (dez/2012).



Fonte: Banco Central do Brasil

A Tabela 17 apresenta a taxa de inadimplência nas operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional na Região Nordeste tanto das pessoas físicas como das jurídicas referente ao mês de dezembro de 2011 e dezembro de 2012. Esta informação é dada pelo Banco Central do Brasil referente ao valor das operações de crédito vencidas a mais de 90 dias sobre o total das operações de crédito.

A taxa de inadimplência na Região Nordeste elevou-se em dezembro de 2012 por conta do aumento da inadimplência das pessoas jurídicas, já que a das pessoas físicas diminuiu de

6,4% para 6,2%. Já a maior taxa de inadimplência, em dezembro de 2012, foi verificada no Estado de Alagoas e Maranhão com 5,1%, enquanto a menor foi verificada em Pernambuco.

No Ceará a taxa de inadimplência total passou de 3,9% em dezembro de 2011 para 4,5% em dezembro de 2012. Esse aumento é um reflexo tanto da inadimplência das pessoas físicas como jurídicas, sendo esta última bem menor, já que oferecem garantias que reduzem sensivelmente a inadimplência depois dos 90 dias. Mas ambas elevaram-se no período de um ano.

Tabela 17 – Taxa de Inadimplência nas Operações de Crédito do SFN do Nordeste e seus Estados – Dezembro/2011 e Dezembro/2012.

ESTADOS	Taxa de Inadimplência das Operações de Crédito do SFN (%)					
	Dezembro			Dezembro		
	2011			2012		
	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Alagoas	6,08	1,97	4,12	6,59	2,83	5,14
Bahia	6,23	2,59	4,03	6,03	2,72	4,3
Ceará	6,38	2,28	3,87	6,42	2,83	4,52
Maranhão	7,93	2,81	5,52	6,81	2,69	5,14
Paraíba	5,83	2,32	4,49	6,15	3,64	5,3
Pernambuco	6,63	1,37	2,94	6,36	1,37	3,2
Piauí	7,02	2,56	4,92	5,94	2,42	4,58

R. G. Norte	6,08	2,42	4,33	5,53	2,99	4,43
Sergipe	4,63	1,8	3,25	4,79	2,29	3,73
NORDESTE	6,4	2,14	3,92	6,16	2,39	4,25

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL,

(1) Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total das operações de crédito.

6 FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 Resultado Fiscal

No acumulado até dezembro de 2012 o Estado apresentou um superávit primário, diferença entre receitas correntes e despesas correntes, de R\$ 621,0 milhões, segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Comparativamente, no ano de 2011, houve um superávit primário da ordem de R\$ 1.642,4 milhões. A redução do

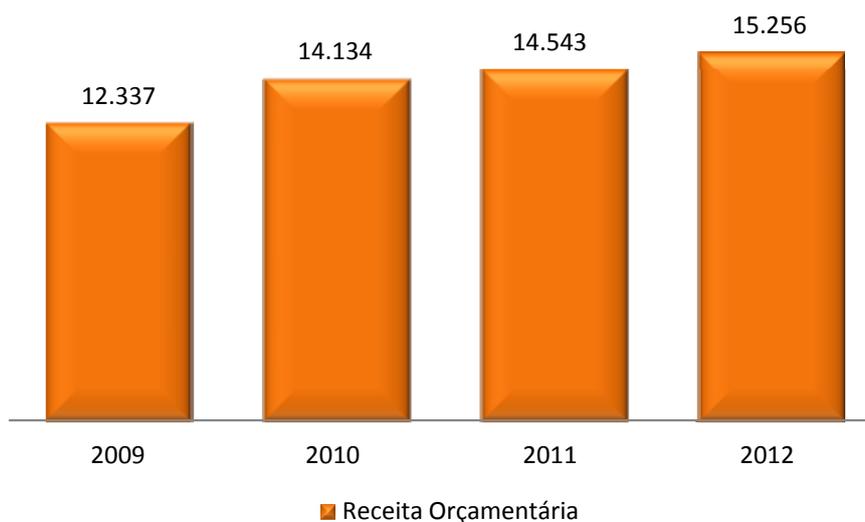
superávit primário pode ser explicada, entre outros fatores, pela frustração de receitas, especialmente as oriundas de transferências da União, cuja previsão inicial era de R\$ 6,16 bilhões, com realização, em 2012, de R\$ 5,5 bilhões, segundo dados da Secretária do Tesouro Nacional.

6.2 Receitas

No ano de 2012, conforme pode ser observado no Gráfico 28, as Receitas Estaduais totalizaram R\$ 15.256 milhões, representando um crescimento real de 4,9% quando se compara com o

ano de 2011. Destaque-se que a disponibilidade de receita orçamentária vem crescendo no Estado ano após ano, tendo havido um incremento de 23,6% entre os anos de 2009 e 2012.

Gráfico 28 - Receita Orçamentária Total a preços constantes, Ceará – 2009-2012 (*)



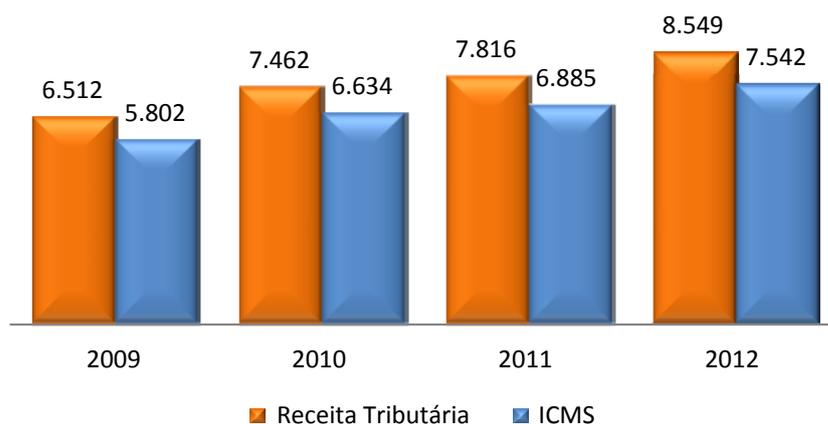
Fonte: Sefaz-Sic/Smart.

(*) R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA a preços de 2012.

A principal contribuição para o crescimento da receita orçamentária cearense foi dado, tanto no ano de 2012 como no quadriênio, pelo incremento da receita tributária que alcançou, em 2012, R\$ 8,5 bilhões, resultando em um crescimento de 9,4%, relativamente ao ano de 2011. No quadriênio de 2009 a 2012 observa-se um crescimento de 31,3% nas receitas tributárias.

Quanto à composição das receitas tributárias pode-se ressaltar que o imposto mais importante, arrecadado pelo Governo Cearense, é o ICMS (Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços) que respondeu, na média do quadriênio de 2009 a 2012, por 88,5% das receitas tributárias (Gráfico 29).

Gráfico 29 - ICMS a preços constantes, Ceará – 2009-2012 (*)



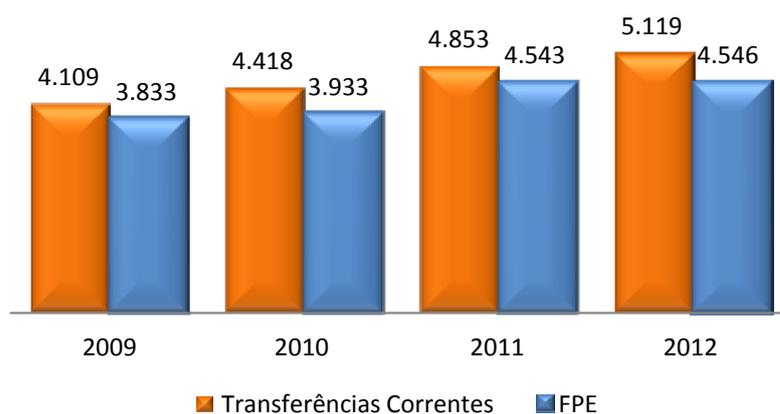
Fonte: Sefaz-Sic/Smart.

(*) R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA a preços de 2012.

Já as Transferências Correntes, em 2012, como pode ser observado no Gráfico 27, cresceram apenas 5,5%, alcançando o valor de R\$ 5,1 bilhões. No quadriênio de 2009 a 2012 houve um crescimento de 24,5% nos recursos transferidos. O desempenho das receitas de transferências deve-se, principalmente, ao comportamento das transferências do FPE (Fundo de Participação dos Estados), que, no ano de 2012, representava cerca de 89% das transferências correntes recebidas pelo Ceará.

Uma última observação quanto ao FPE, ainda no Gráfico 30, é que os valores repassados em 2012 são praticamente iguais aos de 2011, ou seja, não houve crescimento significativo nessa receita estadual. Pode-se supor que esse comportamento deve-se a dois fatores, sendo o primeiro o baixo crescimento econômico da atividade nacional em 2012 e, em segundo lugar, as políticas de isenção tributária, notadamente as isenções de IPI, que o Governo Federal adotou em 2012.

Gráfico 30 - Transferências da União a preços constantes, Ceará – 2009-2012 (*)



Fonte: Sefaz-Sic/Smart.

(*) R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA a preços de 2012.

Dessa forma, é possível concluir, dado o maior crescimento das receitas tributárias quando comparadas com as receitas de transferências, que o Governo do Ceará tem reduzido sua dependência quanto aos recursos

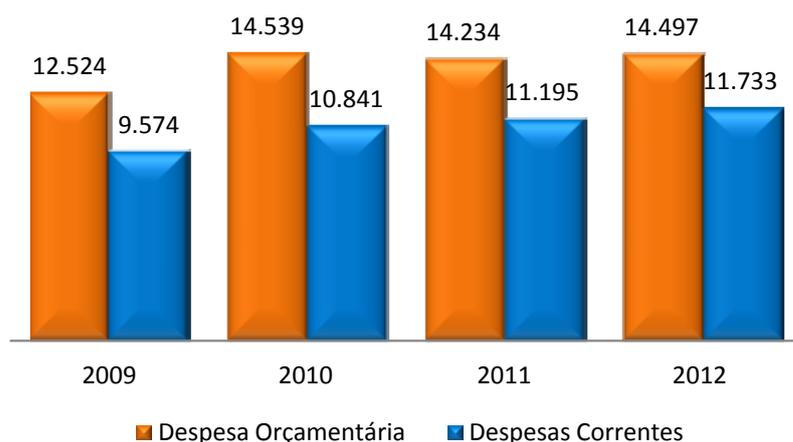
transferidos pelo Governo Federal. Esse é um resultado bastante interessante, dado que indica que o Estado está conseguindo uma maior autonomia fiscal para o financiamento de seus gastos.

6.3 Despesas

A Despesa Orçamentária Total do Governo do Estado, que são apresentadas no Gráfico 31, registrou, no ano de 2012, um crescimento de 1,8% quando comparado ao ano anterior. Se for considerado o

quadriênio de 2009 a 2012 constata-se que esse incremento foi de 15,7%. Quanto as Despesas Correntes, que referem-se aos bens e serviços prestados à população, elas cresceram 4,8%, em 2012, e 22,5% no quadriênio.

Gráfico 31 - Despesa Total e Corrente a Preços Constantes, Ceará – 2009-2012 (*)



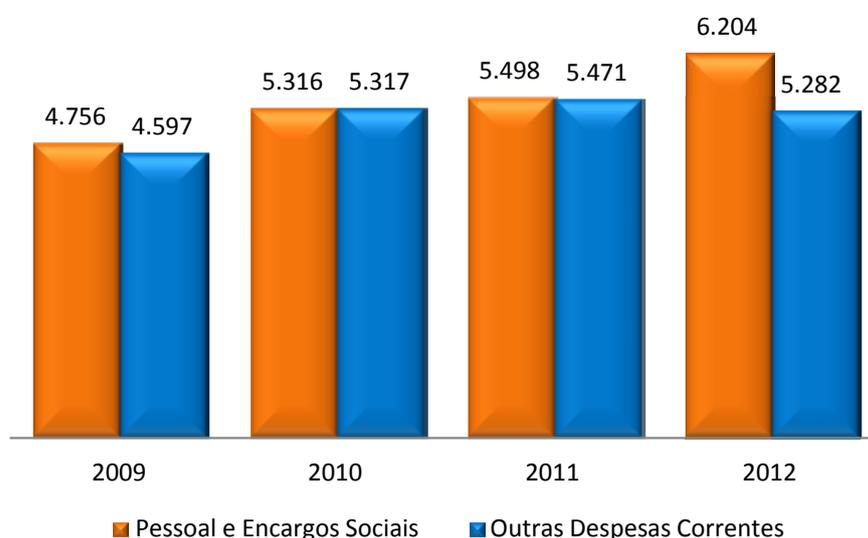
Fonte: Sefaz-Sic/Smart.

(*) R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA a preços de 2012.

Um importante fator para o crescimento das despesas correntes estaduais foi o incremento do gasto com pessoal e encargos sociais, conforme pode ser observado no Gráfico 32, que cresceram

12,8%, entre 2011 e 2012, e 30,4% no quadriênio de 2009 a 2012, enquanto as outras despesas correntes cresceram apenas 14,8% no quadriênio.

Gráfico 32 - Despesas Correntes com Pessoal e Encargos Sociais e outras Despesas Correntes, Ceará – 2009-2012 (*)



Fonte: Sefaz-Sic/Smart.

(*) R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA a preços de 2012.

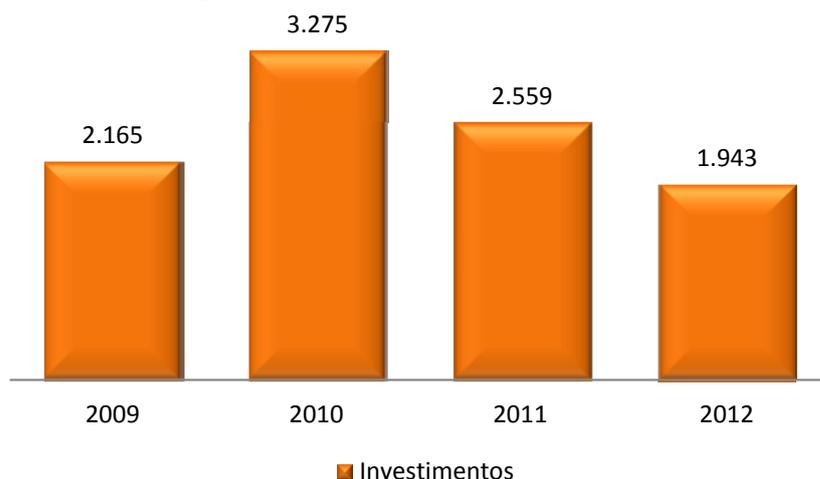
Já as despesas com investimentos, cujos resultados são apresentados no Gráfico

33, totalizaram R\$ 1,9 bilhões, representando uma redução de 24,1%

quando se compara com o ano de 2011. O maior volume de investimentos foi registrado no ano de 2010. Deve-se ressaltar que a queda nos valores investidos pode ser creditada a fatores como a entrega de importantes obras

públicas, como por exemplo, o Centro de Feiras e Eventos do Ceará e o Aeroporto de Aracati, cujas obras consumiram maiores volumes de recursos em anos anteriores.

Gráfico 33 - Despesas com Investimentos, Ceará – 2009-2012 (*)



Fonte: Sefaz-Sic/Smart.

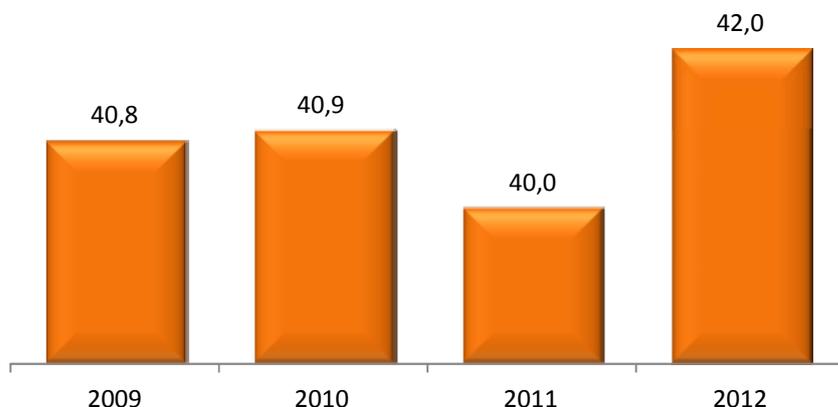
(*) R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA a preços de 2012.

6.4 Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de maio de 2000, estabeleceu limites para os gastos com pessoal e endividamento das administrações públicas Federal, estadual e municipal. No que se refere ao gasto com pessoal dos estados a LRF estabelece que ele está limitado a 48,60% da Receita Corrente Líquida (RCL), sendo o limite prudencial de 46,17% da RCL.

Nesse sentido, analisando-se o gasto com pessoal do Estado do Ceará, ver Gráfico 34, observa-se que, em 2012, ele comprometia 42,0% da sua Receita Corrente Líquida com os gastos dessa rubrica, isto é, um montante bem inferior ao estabelecido na LRF. Deve-se salientar que esse foi o valor máximo observado no quadriênio em análise.

Gráfico 34 -Gasto com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (%)

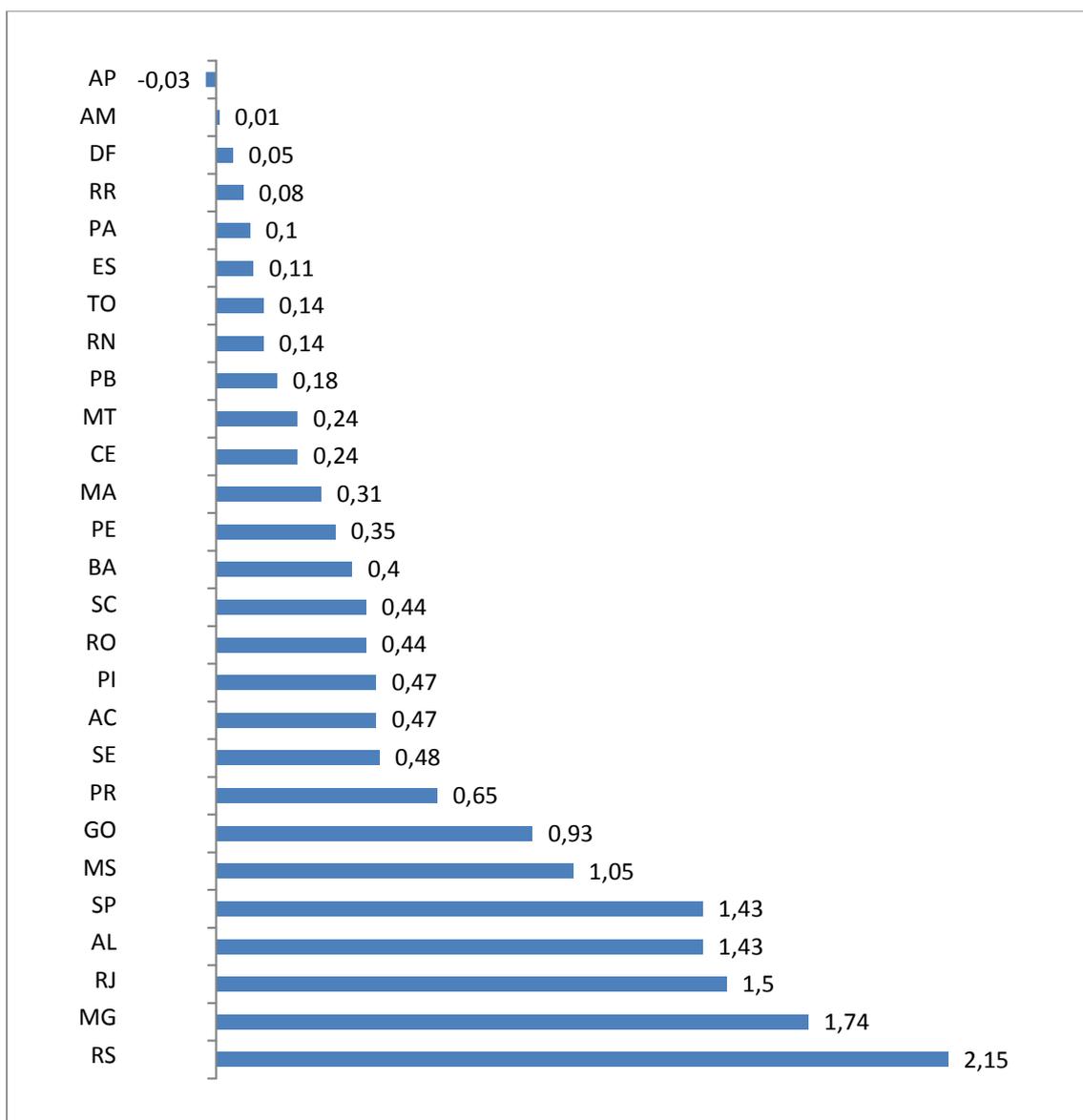


Fonte: STN.

Relativamente a dívida pública, a LRF estabelece que o limite da dívida consolidada líquida é de 200% da RCL, sendo possível constatar de acordo com o Gráfico 35, 2º quadrimestre de 2012, a dívida do Estado representava 24% de sua receita corrente líquida, representando um montante de aproximadamente 2,73 bilhões de

Reais. Diante desse fato, é possível afirmar que o Estado possui uma das menores relações DCL/RCL dentre as unidades da federação apresentando uma considerável margem para contratar empréstimos que possam financiar importantes investimentos do setor público estadual.

Gráfico 35 - Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida por unidades da federação - 2º Quadrimestre de 2012 (*)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

(*) Os dados dos estados AP e RN referem-se a posição em 30/04/12.

7. A OPINIÃO DO IPECE

UMA MEDIDA DE EFICIÊNCIA FISCAL

Paulo Pontes

Os defensores do sistema federativo, como Oates (1999), por exemplo, acreditam que esse sistema de organização administrativa garanta uma maior eficiência na provisão de bens públicos, dado que os governos subnacionais buscariam ofertar os bens públicos que os eleitores estão desejando receber. Nesse sentido, os impostos arrecadados seriam o preço pago pelos eleitores para que os bens públicos sejam ofertados.

Seguindo essa linha, Rodden (2003) defende que a eficiência do setor público local está associada à menor dependência de transferências de recursos intergovernamentais. Assim sendo, espera-se que governos locais sejam mais eficientes se eles optarem por financiar seus gastos com arrecadação tributária própria. Essa hipótese é justificada pelo fato dos eleitores perceberem os custos para a provisão dos bens e serviços públicos quando há arrecadação local, o que não ocorreria se a unidade subnacional dependesse, predominantemente ou na totalidade, de recursos transferidos por outros níveis de governo.

Dessa forma, pode-se supor que a preocupação com a performance fiscal dos entes subnacionais de uma federação é um indicativo de que os governos locais estão sendo mais ou menos eficientes. Puhohit (2003) considera que uma performance fiscal é

satisfatória quando, dada uma determinada escala de medida, as receitas tributárias disponíveis para o setor público crescem ano após ano.

No federalismo brasileiro, foi atribuído aos Estados a responsabilidade de arrecadar impostos sobre o consumo (ICMS) e propriedade (IPVA), entre outras fontes de receita, sendo possível identificar que em São Paulo, no ano de 2012, as receitas desses dois impostos representaram 76,4% das receitas correntes estaduais, enquanto em Roraima apenas 16%. O desafio, portanto, é verificar se os estados brasileiros estão se esforçando ou não para obter um melhor desempenho fiscal.

A metodologia a ser empregada na avaliação da performance da arrecadação dos estados brasileiros é a sugerida por Puhorit (2003) para analisar a performance fiscal de países desenvolvidos. Nesse sentido, o referido autor propõe a elaboração de três indicadores que, conjuntamente, servem para analisar o desempenho fiscal dos governos.

O primeiro indicador refere-se ao crescimento da receita, se a intenção for comparar o crescimento da receita de um ano para o outro basta dividir a receita tributária de $t+1$ pela do ano t , obtendo-se, assim, a taxa de crescimento, entretanto se a intenção for mensurar o crescimento de uma série de

anos é necessário utilizar-se de técnicas de regressão utilizando-se a seguinte relação:

$$Y_t = \beta_1 Y_{t-1} + \epsilon_t \quad (1)$$

em que, r é a taxa anual de crescimento e t é o ano da observação. A equação a ser estimada é a seguinte:

$$Y_t = \beta_1 Y_{t-1} + \epsilon_t \quad (2)$$

O segundo indicador refere-se a elasticidade entre a receita tributária e a sua base de arrecadação, sendo sugerido como *proxy* da base, entre outros, o Produto Interno Bruto (PIB). Assim, para calcular esse indicador seria necessário estimar, por técnicas de regressão, os coeficientes da equação seguinte.

$$Y_t = \beta_1 Y_{t-1} + \beta_2 X_t + \epsilon_t \quad (3)$$

Relativamente ao indicador de elasticidade, deve-se observar que se o coeficiente β_1 for superior a 1 diz-se que a receita é elástica com relação ao tamanho da economia, caso contrário ela é considerada inelástica.

Assim, aplicando-se os dois métodos acima descritos à arrecadação tributária do estado do Ceará, tendo como base apenas a arrecadação de ICMS e o IPVA, constatou-se que ela cresceu a taxa de 3,92% ao ano no período de 1995 a 2010. Já a elasticidade tributária do Estado foi igual a 0,942, ou seja, para um crescimento do PIB de 1% a arrecadação cresceu 0,94%.

medida do esforço fiscal do governo, que é definido como a razão entre a arrecadação potencial dos estados brasileiros (R_p), e a arrecadação efetiva (R_y), conforme exposto na fórmula (4):

$$E = \frac{R_p}{R_y} \quad (4)$$

Para se obter a arrecadação efetiva de um estado qualquer basta consultar as informações de seu balanço. Sendo necessário estabelecer, portanto, qual seria sua arrecadação potencial. Puhorit (2003) destaca que a capacidade de arrecadação de cada estado está relacionada com diversos fatores, sendo possível ressaltar, entre outros, o PIB do estado, a população, participação dos setores industrial e de serviços na economia local e o grau de urbanização, podendo-se utilizar métodos estocásticos para mensurá-lo. A expressão (5) sintetiza o que foi explanado.

$$R_p = \beta_1 \text{PIB} + \beta_2 \text{Pop} + \beta_3 \text{Setor} + \beta_4 \text{Urban} + \epsilon_t \quad (5)$$

O terceiro e último indicador sugerido por Puhorit (2003) é uma

Utilizando-se dados de arrecadação e do PIB dos estados brasileiros no período de 1995 a 2010, é possível observar, pela inspeção da Tabela 1 que os estados que apresentam, de uma forma geral, melhores escores de esforço fiscal não se destacam entre aqueles com maior taxas de crescimento e elasticidade arrecadação-PIB. Esse fato sugere que os estados que estão melhor colocados com relação ao esforço fiscal possuem uma pequena margem para aumentar sua arrecadação.

Tabela 18: Taxa de crescimento, Elasticidade e Coeficiente de Eficiência dos Estados Brasileiros.

Estado	Crescimento	Class.	Elasticidade	Class.	Eficiência	Class.
Goiás	0.0492***	14	0.743***	22	0.981533	1
Espírito Santo	0.0479***	16	0.992***	15	0.967913	2
Mato Grosso do Sul	0.0739***	6	1.846***	2	0.961348	3
São Paulo	0.0261***	26	0.784***	21	0.956619	4
Mato Grosso	0.0579***	11	0.741***	23	0.944328	5
Amazonas	0.0307***	25	1.190***	12	0.878951	6
Tocantins	0.0705***	9	0.630***	26	0.875677	7
Minas Gerais	0.0434***	19	1.359***	10	0.848907	8
Rio de Janeiro	0.0327***	22	0.929***	20	0.819717	9
Rio Grande do Norte	0.0676***	10	1.405***	8	0.799256	10
Rio Grande do Sul	0.0325***	24	1.478***	5	0.794708	11
Pernambuco	0.0467***	18	1.628***	3	0.794525	12
Ceará	0.0392***	20	0.942***	19	0.779674	13
Rondônia	0.0777***	3	1.347***	11	0.762023	14
Santa Catarina	0.0327***	23	0.731***	24	0.748502	15
Bahia	0.0348***	21	0.985***	16	0.748296	16
Roraima	0.0775***	4	0.678***	25	0.747963	17
Paraíba	0.0468***	17	1.137***	13	0.742721	18
Sergipe	0.0505***	13	1.005***	14	0.73675	19
Alagoas	0.0544***	12	1.393***	9	0.721332	20
Piauí	0.0491***	15	0.983***	17	0.68999	21
Paraná	0.0742***	5	2.091***	1	0.682524	22
Pará	0.0721***	7	1.563***	4	0.638853	23
Amapá	0.0870***	2	1.411***	7	0.613842	24
Maranhão	0.0717***	8	0.956***	18	0.60663	25
Acre	0.1040***	1	1.426***	6	0.586856	26

Fonte: STN e IBGE. Elaboração Própria

*** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$

Especificamente quanto ao desempenho do Ceará, é possível observar que seu esforço fiscal está é de 77,9%, ou seja, sua carga tributária efetiva corresponde

a 77,9% da carga potencial. Nesse sentido é possível afirmar que há um considerável espaço para o crescimento da arrecadação tributária cearense.

Referências Bibliográficas

OATES, Wallece E, *An Essay on Fiscal Federalism*, Journal of Economic Literature, Vol, 37, nº3, Sep, 1999.

PUHORIT, Mahesh. Simple Tools for Evaluating Revenue Performance of a Developing Country, in Shan, Anwar. Handbook on Public Sector Performance Reviews.vol. 1. Washington DC: World Bank. 2003.

RODDEN, Jonathan, *Reinventing Leviatan: Fiscal Federalism and the Growth of Government*, International Organization 57, Fall, 2003.